

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB

**INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA – IPOL**

Laura Fonseca Dias

**ESTUDO DOS PORTAIS DOS EXECUTIVOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS:  
COMO AS INFORMAÇÕES CHEGAM AO CIDADÃO**

**Brasília – DF  
2015**

Laura Fonseca Dias

**ESTUDO DOS PORTAIS DOS EXECUTIVOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS:  
COMO AS INFORMAÇÕES CHEGAM AO CIDADÃO**

Monografia apresentada ao Instituto de Ciência Política para a conclusão do curso de graduação em Ciência Política pela Universidade de Brasília

Orientador: Prof. Dr. Carlos Marcos Batista

**Brasília - DF  
2015**

Laura Fonseca Dias

**ESTUDO DOS PORTAIS DOS EXECUTIVOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS:  
COMO AS INFORMAÇÕES CHEGAM AO CIDADÃO**

Monografia apresentada ao Instituto de  
Ciência Política como pré-requisito para a  
conclusão do curso de Ciência Política e  
avaliada pela seguinte banca examinadora:

---

PROFESSOR CARLOS MARCOS BATISTA  
(UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA)

---

PROFESSORA MARILDE LOIOLA DE MENEZES  
(UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA)

**Brasília – DF  
2015**

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a meus pais  
Luciana e Breno Dias.

## AGRADECIMENTOS

À Deus por colocar pessoas tão incríveis em minha vida.

Agradeço meu pai e herói, Breno, meu maior exemplo de honestidade e caráter, por sempre acreditar na minha educação. À minha mãe, Luciana, sinônimo de amor e empatia, agradeço por toda sua dedicação. À minha irmã, Marília, pela amizade verdadeira, e ao meu sobrinho Marcos que veio trazer alegria e provar que família não é ser do mesmo sangue.

Agradeço todos os meus tios, tias, primos, primas e demais familiares que mesmo muitas vezes distantes sei que torcem por mim e pelo meu sucesso. Mas em especial, agradeço à minha avó Judite e à minha tia-avó Native, mulheres maravilhosas.

Aos meus amados e preciosos amigos meu muito obrigada por tudo: Brenda Vier, Camilla Oliveira, Eduardo Gomes, Emanuella Albuquerque, Fábio Vidal, Gabriela Silva, Iana Lima, Jackson Pinheiro, Jéssica Carvalho, Katiana Santos, Milena Zanetti e Thaís Frabetti.

A todos os professores e funcionários dos colégios e faculdades onde passei, essenciais na minha formação de pessoa e profissional. Agradeço também as oportunidades que me deram na graduação: à SUPAR pelos conhecimentos que adquiri, ao MDIC pela receptividade e carinho, à Concentro pelos desafios permitidos e à Strategos – Empresa Jr. de Consultoria Política que teve um significado imenso em minha vida impossível de expressar em palavras.

Finalmente, agradeço meu orientador, Carlos Batista, por me guiar magistralmente nesse trabalhoso e prazeroso trabalho e pela enorme paciência comigo e ao Max Stabile pela ajuda com o banco de dados.

## **RESUMO**

O presente trabalho visa comparar os sites do Executivo estadual e municipal, isto é, sites de Governo de Estado e prefeitura. Busca-se conhecer através de uma pesquisa exploratória nos portais como os principais serviços prestados pelo governo através do meio eletrônico chegam aos cidadãos, atendendo ou não aos critérios com foco na transparência e na disponibilidade de informações.

**Palavras-chave: Governo de Estado, prefeitura, transparência, informações, cidadão.**

## **ABSTRACT**

The objective of this work is to compare the sites of State and local Executive power, this is, State Government and Town Hall websites. This paper aims to know how those electronic services reach the citizens, also considering their so-called focus on transparency and availability of information.

**Key words: State Government, town hall, transparency, information, citizen.**

## LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1.....	15
Tabela 2.....	46
Tabela 3.....	49
Gráfico 1.....	20
Gráfico 2.....	20
Gráfico 3.....	21
Gráfico 4.....	22
Gráfico 5.....	22
Gráfico 6.....	23
Gráfico 7.....	24
Gráfico 8.....	25
Gráfico 9.....	25
Gráfico 10.....	26
Gráfico 11.....	27
Gráfico 12.....	27
Gráfico 13.....	28
Gráfico 14.....	29
Gráfico 15.....	30
Gráfico 16.....	31
Gráfico 17.....	32
Gráfico 18.....	33
Gráfico 19.....	33
Gráfico 20.....	34
Gráfico 21.....	35
Gráfico 22.....	36
Gráfico 23.....	36



Gráfico 24.....	37
Gráfico 25.....	38
Gráfico 26.....	39
Gráfico 27.....	40
Gráfico 28.....	40
Gráfico 29.....	41
Gráfico 30.....	42
Gráfico 31.....	42
Gráfico 32.....	43
Gráfico 33.....	44
Gráfico 34.....	45
Gráfico 35.....	46
Gráfico 36.....	49
Gráfico 37.....	50
Gráfico 38.....	51
Gráfico 39.....	51
Gráfico 40.....	52
Gráfico 41.....	53
Gráfico 42.....	54
Gráfico 43.....	54
Gráfico 44.....	55
Gráfico 45.....	56
Gráfico 46.....	56
Gráfico 47.....	57
Gráfico 48.....	58
Gráfico 49.....	58

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. METODOLOGIA.....	14
3. TRATAMENTO DOS DADOS.....	17
3.1. RESULTADOS PREPONDERANTES.....	17
3.2. RESULTADOS EQUILIBRADOS.....	19
4. CONCLUSÃO.....	60
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	62

## 1. INTRODUÇÃO

A Internet se tornou desde sua popularização a melhor forma de divulgação e prestação de serviços devido a seu baixo custo e rapidez em relação aos demais meios. A principal causa disso é a eliminação ou diminuição dos “balcões” que o cidadão pode enfrentar ao solicitar um serviço do governo, reduzindo assim o tempo que demoraria a ser atendido já que o processo pode ser lento. Além disso, com o advento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) a forma de interação entre as pessoas mudou, trazendo novas formas de influência entre os cidadãos e os representantes do Governo. Segundo José Pinho (2008), o governo eletrônico é caracterizado por informatizar as atividades interna do governo e por ajudar na comunicação com seu público externo: cidadãos, fornecedores, empresas ou outros setores da sociedade ou do governo.

A participação cidadã através de ferramentas digitais torna o governo mais interativo compartilhando suas atividades. Pinho ainda afirma que as TICs possuem um potencial democrático grande, mas, “desde que haja definição política no sentido de participação popular e transparência” (p. 475), isso porque o governo escolher o que omitir não oferecendo o que quer mostrar eletronicamente.

Existem segundo Patrícia Pascual (2003), cinco objetivos compartilhados por governos eletrônicos. O primeiro objetivo é a melhoria no ambiente de negócios através da tecnologia. Esta favorece o aumento da produtividade e do crescimento econômico, principalmente em lugares mais carentes. Esse objetivo depende da capacidade competitiva de cada país. O segundo objetivo refere-se a prestação de serviços de maneira efetiva, com menos intervenção de um funcionário público. O terceiro objetivo do governo eletrônico é a ampliação da participação pública, a promoção da transparência através da prestação de contas e de serviços aos cidadãos. O quarto objetivo é o aumento da produtividade e da eficiência das agências governamentais. Esse fator pode acontecer das seguintes maneiras: aumento da produtividade dos funcionários públicos, reduzir a quantidade de vezes que o cidadão precisa falar diretamente com o funcionário do governo, reduzir custos a médio e longo prazo e simplificar as operações do governo. O quinto objetivo é a melhoria de vida das comunidades carentes.

As vantagens mais notadas do governo eletrônico são a eficácia e a rapidez dos serviços oferecidos aos cidadãos, empresas, funcionários do governo e agências devido a simplicidade dos procedimentos por esse modo. Existem quatro tipos desses serviços: G2C (governo para cidadãos), G2B (governo para negócios), G2E (governo para funcionários) e G2G (governo para governo) onde os atores ao qual são oferecidos podem ser o cidadão, os setores comerciais, os funcionários e o próprio governo (PASCUAL, 2003). Esse último pode ocorrer horizontalmente (no mesmo nível de governo), por exemplo, entre os Poderes ou verticalmente (diferentes níveis de governo), por exemplo, entidades da União e Municípios.

A desvantagem do governo eletrônico é a desigualdade de oportunidades de participação. Sendo o Brasil um país de tamanho continental há diferenças sociais e econômicas entre os indivíduos. Embora acessível, a Internet pode ser cara, causando exclusão digital a uma parcela da população. Além disso, nem todas as pessoas possuem habilidades com a tecnologia especialmente as pessoas mais idosas que, em geral, não estão acostumados em utilizar esse meio para se comunicar com o governo.

Pascual coloca cinco passos para fazer o governo eletrônico acontecer. São eles: desenvolver uma visão (através da estratégia de governo); realizar uma avaliação e-readiness; identificar metas realistas; obter a burocracia para o buy-in e desenvolver uma estratégia de gestão da mudança; construir parcerias público-privadas (PASCUAL, 2003).

Algumas condições são necessárias para que o governo eletrônico funcione. O gestor que implementar o governo eletrônico deve ser um bom líder além de uma pessoa comprometida e dedicada a fim de dar início ao projeto e depois para sustentá-lo. Liderança forte é fundamental para o sucesso do governo eletrônico e garantir o trabalho de longo prazo no desenvolvimento e implementação de projetos de governo eletrônico. Além disso, uma liderança forte significa angariar apoio para os projetos de governo eletrônico em todos os níveis de governo satisfazendo o público e suas expectativas, colaborando como catalisador para uma colaboração intergovernamental mais eficiente. As parcerias público-privadas são importantes, pois há a possibilidade de partilha de custos dos projetos, o setor privado é experiente, e existe a possibilidade de transferência de tecnologia do setor privado para o setor público.

Outra condição é garantir a segurança e a privacidade dos cidadãos ao utilizarem os serviços de governo eletrônico. Isso é feito através da confiança e fiscalização dos

funcionários do governo que devem preservar os dados fornecidos. Garantir a privacidade do usuário é garantir que os serviços serão usados.

A proposta da monografia é buscar entender quais as principais informações são divulgadas nos portais do Executivo e quais as principais ausências, através da pesquisa exploratória dos sites buscando responder se tem ou não transparência e divulgação de informações através do meio eletrônico identificando questões ainda pouco exploradas. Tais informações são importantes, pois podem fomentar a participação política, além da forma mais comum, a votação. Os portais do governo objetivam mostrar suas realizações, serviços, propósitos e dispor de informações aos cidadãos (PINHO, 2008). Dessa forma foram analisados os portais de Governo de Estado e Prefeitura dos vinte e seis estados mais o Distrito Federal, contabilizando no total, cinquenta e dois portais válidos, uma vez que Brasília não possui prefeitura e o portal do governo de Sergipe não está em funcionamento. O início da feitura da base de dados dos portais iniciou em junho e finalizou em outubro.



fonte: site do Governo de Estado de Sergipe

## 2. METODOLOGIA

Os cinquenta e dois portais válidos foram analisados um a um, de março de 2015 a outubro do mesmo ano, onde as principais informações foram transcritas em um papel e posteriormente em uma tabela no Excel. De todo o universo pesquisado, no trabalho foi utilizado as variáveis mais frequentes nos sites. Essas informações foram: o Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei de Orçamento Anual (LOA), Quadro de Detalhamento de Despesa (QDD), Relatório Reduzido de Execução Orçamentária (RREO), Relatório de Gestão Fiscal (RGF), legislações, em especial a Lei Orgânica, o Estatuto do Servidor, a Constituição Federal de 1988, a Constituição do Estado, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o Código Tributário, o Plano Diretor e a Lei Capiberibe. Também foram pesquisados os principais tipos de receita e despesa e se houve ou não a prestação de contas do Balanço Geral e do Diário Oficial, importante ferramenta de controle da transparência. Também estão entre as variáveis pesquisadas a presença do link de compras eletrônicas, contratos, convênios e as diversas modalidades de licitação.

Os serviços prestados de maiores frequências e que foram pesquisados são: a disponibilidade de documentação para licenças e/ou alvarás e/ou certidões, informações sobre impostos e taxas, saúde, educação, habitação, segurança, trabalho, trânsito, cultura, esporte e lazer, concursos públicos, estágios, meio ambiente, turismo, Nota Fiscal Eletrônica, Nota Fiscal Eletrônica Avulsa, como retirar e solicitar documento como identidade. Os principais serviços voltados exclusivamente a empresas são: informações sobre abertura de empresas e sobre o Simples Nacional. Já os principais serviços dedicados aos servidores que foram observados são os seguintes: acesso ao Portal do Servidor, consulta ao contracheque e ao calendário de pagamento, acesso ao e-mail privado (webmail) e informações sobre capacitações exclusivas aos servidores. O Portal de Turismo também está entre os serviços destacados, este, exclusivo aos turistas.

Outra variável levada em consideração é a presença de informações ou dados sobre as secretarias e demais órgãos.

Sobre variáveis interativas destaca-se a presença de notícias na página principal, a presença de links para redes sociais e quais são elas, ouvidoria, telefone, endereço e e-mail da prefeitura, telefone e e-mail da sede do governo, espaço de

busca/pesquisa no site, presença do fale conosco, tamanho e contraste da fonte, opção de colocar o site em língua inglesa e espanhola, biografia do prefeito, vice-prefeito, governador e vice-governador, presença da equipe do governador ou prefeito, presença do mapa do site e do site da sede da prefeitura ou do governo pelo Google Maps, presença da previsão do tempo, horários das linhas de ônibus, manual de identidade visual, link da rádio e/ou TV da prefeitura ou do governo e cadastro para recebimento de newsletter.

O banco de dados foi analisado com o software SPSS após a devida codificação, onde o número zero indicava a inexistência da informação dentro do portal e o número 1 indicava sua existência. Posteriormente, foram gerados tabelas e gráficos também utilizando o Excel. Abaixo, todos os portais pesquisados, ressaltando que o portal do Governo de Sergipe não estava em funcionamento durante o período de pesquisa e que Brasília não tem prefeitura.

Tabela 1

Governo	Prefeitura	Sites
Paraná	Curitiba	<a href="http://www.curitiba.pr.gov.br/">http://www.curitiba.pr.gov.br/</a> <a href="http://www.cidadao.pr.gov.br/">http://www.cidadao.pr.gov.br/</a>
Alagoas	Maceió	<a href="http://www.maceio.al.gov.br/">http://www.maceio.al.gov.br/</a> <a href="http://www.governo.al.gov.br/">http://www.governo.al.gov.br/</a>
Maranhão	São Luis	<a href="http://www.saoluis.ma.gov.br/">http://www.saoluis.ma.gov.br/</a> <a href="http://www.ma.gov.br/">http://www.ma.gov.br/</a>
Rondônia	Porto Velho	<a href="http://www.portovelho.ro.gov.br/">http://www.portovelho.ro.gov.br/</a> <a href="http://www.rondonia.ro.gov.br/">http://www.rondonia.ro.gov.br/</a>
Espírito Santo	Vitória	<a href="http://www.es.gov.br/Home/default.aspx">http://www.es.gov.br/Home/default.aspx</a> <a href="http://www.vitoria.es.gov.br/">http://www.vitoria.es.gov.br/</a>
Paraíba	João Pessoa	<a href="http://www.paraiba.pb.gov.br/">http://www.paraiba.pb.gov.br/</a> <a href="http://www.joaopessoa.pb.gov.br/">http://www.joaopessoa.pb.gov.br/</a>
Pará	Belém	<a href="http://www.belem.pa.gov.br/">http://www.belem.pa.gov.br/</a> <a href="http://www.pa.gov.br/">http://www.pa.gov.br/</a>
Piauí	Teresina	<a href="http://www.piaui.pi.gov.br/">http://www.piaui.pi.gov.br/</a> <a href="http://www.teresina.pi.gov.br/">http://www.teresina.pi.gov.br/</a>
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	<a href="http://www.rio.rj.gov.br/home">http://www.rio.rj.gov.br/home</a> <a href="http://www.rj.gov.br/web/guest">http://www.rj.gov.br/web/guest</a>
São Paulo	São Paulo	<a href="http://www.saopaulo.sp.gov.br/">http://www.saopaulo.sp.gov.br/</a> <a href="http://www.capital.sp.gov.br/portal/">http://www.capital.sp.gov.br/portal/</a>
Minas Gerais	Belo Horizonte	<a href="http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/">http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/</a> <a href="https://www.mg.gov.br/governomg/ecp/comunidade.do?app=governomg">https://www.mg.gov.br/governomg/ecp/comunidade.do?app=governomg</a>
Roraima	Boa Vista	<a href="http://www.boavista.rr.gov.br/">http://www.boavista.rr.gov.br/</a> <a href="http://www.portal.rr.gov.br/site/">http://www.portal.rr.gov.br/site/</a>

Tabela 1

Governo	Prefeitura	Sites
Amazonas	Manaus	<a href="http://www.amazonas.am.gov.br/">http://www.amazonas.am.gov.br/</a> <a href="http://www.manaus.am.gov.br/">http://www.manaus.am.gov.br/</a>
Mato Grosso do Sul	Campo Grande	<a href="http://www.pmcg.ms.gov.br/">http://www.pmcg.ms.gov.br/</a> <a href="http://www.ms.gov.br/">http://www.ms.gov.br/</a>
Amapá	Macapá	<a href="http://www.macapa.ap.gov.br/">http://www.macapa.ap.gov.br/</a> <a href="http://www.amapa.gov.br/">http://www.amapa.gov.br/</a>
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	<a href="http://www.rs.gov.br/inicial">http://www.rs.gov.br/inicial</a> <a href="http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/">http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/</a>
Santa Catarina	Florianópolis	<a href="http://www.sc.gov.br/">http://www.sc.gov.br/</a> <a href="http://www.pmf.sc.gov.br/">http://www.pmf.sc.gov.br/</a>
Tocantins	Palmas	<a href="http://portal.to.gov.br/">http://portal.to.gov.br/</a> <a href="http://www.palmas.to.gov.br/">http://www.palmas.to.gov.br/</a>
Rio Grande do Norte	Natal	<a href="http://www.rn.gov.br/Index.asp">http://www.rn.gov.br/Index.asp</a> <a href="https://natal.rn.gov.br/">https://natal.rn.gov.br/</a>
Pernambuco	Recife	<a href="http://www.pe.gov.br/">http://www.pe.gov.br/</a> <a href="http://www2.recife.pe.gov.br/index.php">http://www2.recife.pe.gov.br/index.php</a>
Ceará	Fortaleza	<a href="http://www.fortaleza.ce.gov.br/">http://www.fortaleza.ce.gov.br/</a> <a href="http://www.ceara.gov.br/">http://www.ceara.gov.br/</a>
Mato Grosso	Cuiabá	<a href="http://www.mt.gov.br/">http://www.mt.gov.br/</a> <a href="http://www.cuiaba.mt.gov.br/">http://www.cuiaba.mt.gov.br/</a>
Paraíba	João Pessoa	<a href="http://www.joaopessoa.pb.gov.br/">http://www.joaopessoa.pb.gov.br/</a> <a href="http://www.paraiba.pb.gov.br/">http://www.paraiba.pb.gov.br/</a>
Acre	Rio Branco	<a href="http://www.riobranco.ac.gov.br/index.php">http://www.riobranco.ac.gov.br/index.php</a> <a href="http://www.ac.gov.br/wps/portal/acre/Acre/home">http://www.ac.gov.br/wps/portal/acre/Acre/home</a>
Distrito Federal	-	<a href="http://www.df.gov.br/">http://www.df.gov.br/</a>
Sergipe	Aracaju	<a href="http://www.aracaju.se.gov.br/">http://www.aracaju.se.gov.br/</a> <a href="http://www.se.gov.br/loginapp">http://www.se.gov.br/loginapp</a>
Goiás	Goiânia	<a href="http://www4.goiania.go.gov.br/portal/home.shtml">http://www4.goiania.go.gov.br/portal/home.shtml</a> <a href="http://www.goias.gov.br/">http://www.goias.gov.br/</a>



### 3. TRATAMENTO DOS DADOS

Nessa seção serão informados dois tipos de resultados principais, aqueles preponderantes, ou seja, resultados que se sobressaíram. Nesse caso o critério utilizado foi aquele onde um dos itens avaliados na variável aparece 45 vezes ou mais. O outro resultado é as com variáveis equilibradas.

Nos gráficos, além da codificação 0 e 1 como não possui e possui, respectivamente, foram feitas outras codificações que inviabilizam o acesso ao resultado que serão discriminados. As demais possibilidades encontradas na pesquisa são: "página não disponível", "página não abre", "erro no site" e "acesso privado".

#### 3.1. Resultados Preponderantes

A Lei Capiberibe que obriga a publicação de gastos públicos na Internet<sup>1</sup> está em apenas sete portais, valor referente a 13,2%: prefeituras de Porto Velho, Fortaleza, Porto Alegre e João Pessoa e Governo de Estado da Paraíba, do Pará e do Acre.

Segundo o portal do Senado, reserva de contingência é a “dotação global não especificamente destinada..., cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais”<sup>2</sup>. Nos 53 sites pesquisados, apenas em oito foram encontrados os valores de contingência, ou seja, valor referente a um pouco mais que 15%.

Os valores com as despesas dos funcionários públicos com passagens e hospedagens foram encontrados em apenas oito sites. São os seguintes: prefeituras de Curitiba, Porto Velho, Boa Vista, Porto Alegre e Natal e Governo de Estado do Paraná e Tocantins.

As despesas com pessoal e encargos sociais são as despesas com pessoal ativo, inativos (aposentados), etc., de todos os poderes da União<sup>3</sup>. Na pesquisa, essas despesas estão em apenas sete portais: prefeitura de Belo Horizonte e Governo de Estado do Maranhão, Paraná, Paraíba, Rio Grande do Sul, Bahia e Rio de Janeiro.

---

<sup>1</sup> DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

<http://www.diap.org.br/index.php?view=article&id=9377> Acesso em 15 out.2015

<sup>2</sup> Senado Federal <http://www12.senado.gov.br/orcamento/glossario/reserva-de-contingencia>

Acesso em 15 out.2015

<sup>3</sup> Orçamento Federal [http://www.orcamentofederal.gov.br/glossario-1/despesa-com-pessoal-e-](http://www.orcamentofederal.gov.br/glossario-1/despesa-com-pessoal-e-encargos-sociais)

[encargos-sociais](http://www.orcamentofederal.gov.br/glossario-1/despesa-com-pessoal-e-encargos-sociais) Acesso em 15 out.2015

As despesas por projeto são as despesas, encontradas nos sites, separadas por projeto do governo. Nesse formato, foram encontrados seis portais: prefeitura de Goiânia, Teresina e Macapá e Governo de Estado da Paraíba, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Rio de Janeiro.

A despesa com pessoal e encargos sociais é um dos grupos de natureza de despesa e foi posta uma variável apenas a ela, pois foi encontrada em alguns portais a parte. Essa despesa é a despesa com pessoal ativo, inativos (aposentados), etc., de todos os poderes da União<sup>4</sup>. Na pesquisa, essas despesas estão em apenas sete portais: prefeitura de Belo Horizonte e Governo de Estado do Maranhão, Paraná, Paraíba, Rio Grande do Sul, Bahia e Rio de Janeiro.

A chamada pública é um instrumento de seleção e contratação, divulgado por edital, para execução de serviços. Na pesquisa, em apenas oito portais mostravam as chamadas públicas: prefeitura de Porto Velho, Campo Grande, Belém, São Paulo e Cuiabá e Governo de Estado do Rio Grande do Norte, Acre e Ceará.

As notícias, em geral, mostram a divulgação de projetos ou serviços pelo estado ou prefeitura. Apenas o portal do Governo de Sergipe não está incluso uma vez que o portal, quando pesquisado, estava indisponível. Os outros 52 portais, ou seja, 100% dos portais válidos possuem notícias na página inicial. Destaca-se que dos portais válidos, essa variável foi a única 100%.

O mapa da localização das sedes, no Google Maps, seja da prefeitura seja do governo está nos portais de somente sete (13,2%) dos 53 pesquisados: prefeitura de Manaus, Belém, Teresina e Governo de Estado do Paraná, Bahia, Rio Grande do Norte e Ceará.

Os portais podem ser lidos na língua inglesa e espanhola em quatro portais que são absolutamente os mesmos nas duas línguas. São eles: o da prefeitura de Curitiba e nos do governo da Bahia, São Paulo e Mato Grosso o que significa que está presente em 7,6% do total de portais válidos, cada.

---

<sup>4</sup> Orçamento Federal <http://www.orcamentofederal.gov.br/glossario-1/despesa-com-pessoal-e-encargos-sociais> Acesso em 15 out.2015

A presença do horário dos ônibus, importante para visualização dos cidadãos que precisam desse meio de transporte, está em apenas oito portais, um pouco mais de 15%. São os seguintes, todos os portais de prefeituras: Curitiba, Porto Velho, Campo Grande, Florianópolis, Fortaleza, Palmas, São Paulo e Natal.

O espaço para busca nos sites facilita a navegação dos usuários, pois torna mais rápido o tempo gasto na utilização neles. Em oito portais não havia esse espaço para busca dentro dos portais: prefeitura de Macapá e Belém e Governo de Estado do Pará, Amazonas, Roraima, Alagoas, Rondônia e Sergipe.

### **3.2. Resultados Equilibrados**

A questão orçamentária se destaca com as informações referentes às suas leis: ao Plano Plurianual (PPA), lei que determina as metas, diretrizes e objetivos da Administração Pública Federal para as despesas de capital; Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que são as metas e as prioridades da Administração Pública Federal; e à Lei de Orçamento Anual (LOA), lei que discrimina receita de despesa<sup>5</sup>. Além disso, há relatórios acerca das contas públicas com o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) que fazem parte da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O RREO é o levantamento parcial do que já foi executado do projeto orçamentário. Já o RGF trata de informações relativas a despesa total e também aponta medidas caso o limite seja ultrapassado<sup>6</sup>.

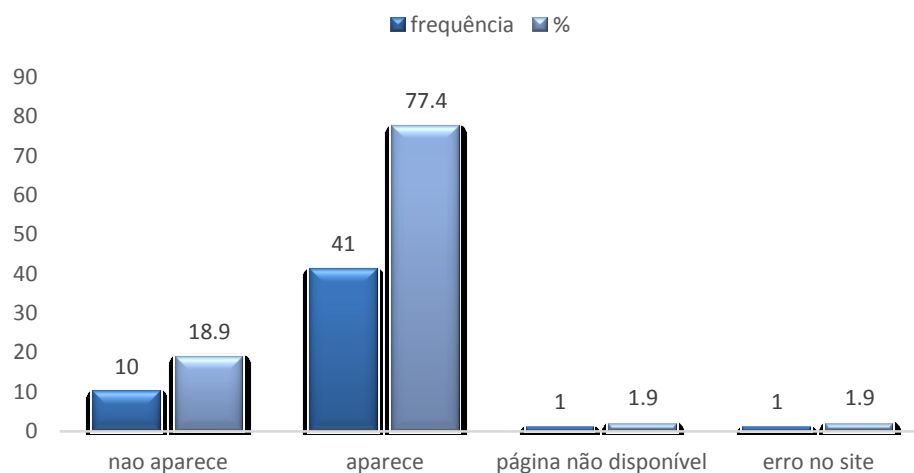
---

<sup>5</sup> Controladoria Geral da União – Portal da Transparência – Governo Federal  
<http://www.portaldatransparencia.gov.br/glossario/DetalheGlossario.asp?letra=p> Acesso em 17 nov.2015

<sup>6</sup> TORRES, Mauri. <http://revista.tce.mg.gov.br/Content/Upload/Materia/1561.pdf> Acesso em 17 nov.2015

Gráfico 1

### Ocorrência do Plano Plurianual no site

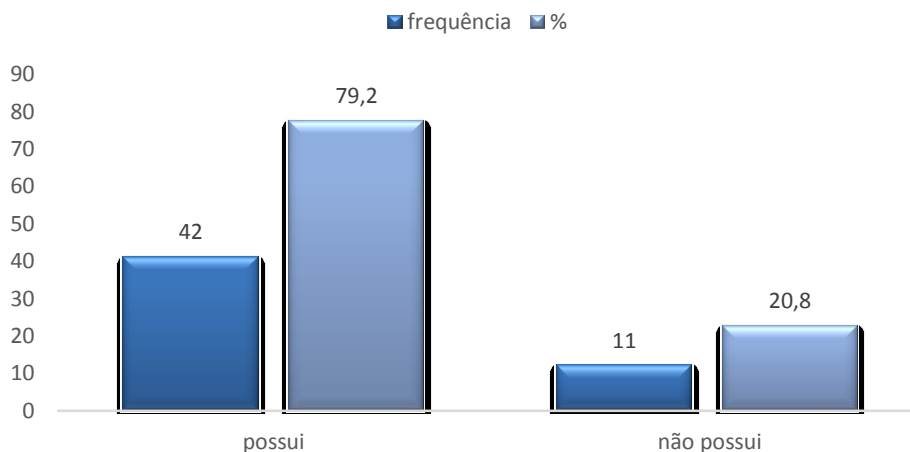


Fonte: dados coletados e elaborados pela autora

O Plano Plurianual possui duração de quatro iniciando no segundo do mandato presidencial e findando no primeiro ano do mandato seguinte. Na pesquisa, 77,4% dos portais, ou seja, 41 portais têm os relatórios como instrumento de consulta, a maioria, possui relatórios antigos. Os dez portais que não possuem o PPA são os seguintes: Governo de Estado do Amazonas, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Alagoas, Rio de Janeiro e Sergipe e prefeituras de Boa Vista, Manaus e Salvador. O portal do Governo de Estado do Rio Grande do Sul possui o link para acesso ao PPA mas a página abre como "não disponível", logo não é um dado disponível. O portal do Governo do Tocantins também não é possível acessar o PPA por "erro no site" ao clicar no link de acesso.

Gráfico 2

### Ocorrência de Lei de Diretrizes Orçamentárias no site

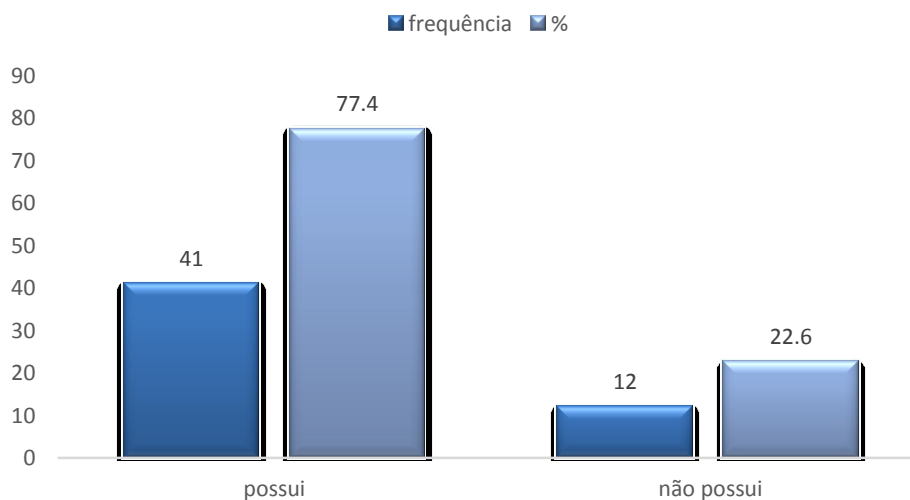


Fonte: dados coletados e elaborados pela autora

Já a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), feita anualmente, os relatórios estão presente em 42 sites dos 53 sites com um pouco mais de 79%. Os onze portais que não têm LDO são os: Governo de Estado da Bahia, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Alagoas, Rio de Janeiro e Sergipe e prefeituras de Manaus, Fortaleza, Palmas e Salvador.

Gráfico 3

### Ocorrência da Lei de Orçamento Anual no site

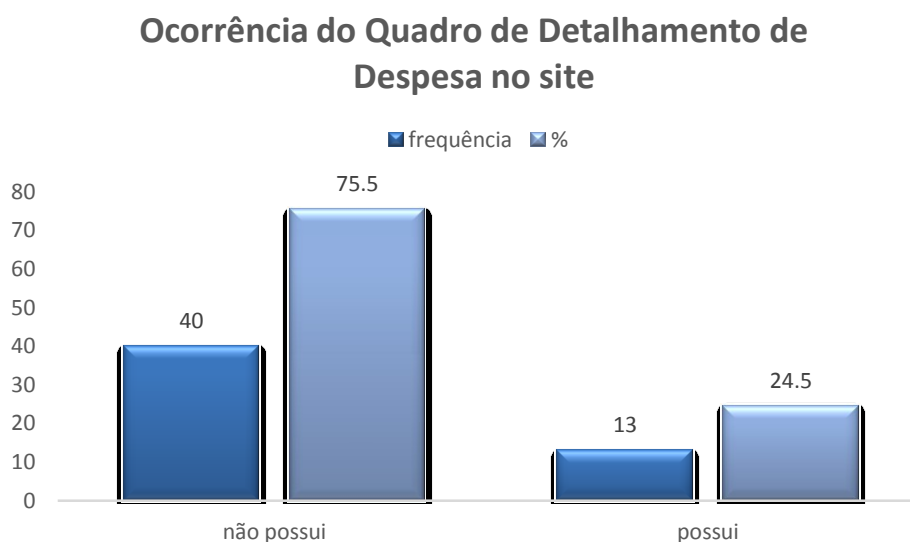


Fonte: dados coletados e elaborados pela autora

Elaborado pelo Poder Executivo, a Lei de Orçamento Anual precisa da, ao final de cada ano, da aprovação do Congresso. Os relatórios da LOA estão em 41 sites, ou seja, 77,4%. Já a LOA não aparece no: Governo de Estado do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Alagoas, Rio de Janeiro e Sergipe e prefeituras de Boa Vista, Manaus, Fortaleza, Palmas, Salvador e Vitória.

Nota-se que os três projetos são numericamente semelhantes, e, os portais que não aparecem, oito são comuns aos três. A maioria dos portais ter tanto o PPA quanto a LDO e a LOA pode significar que os portais possuem um determinado padrão no que concerne aos dados orçamentários.

Gráfico 4

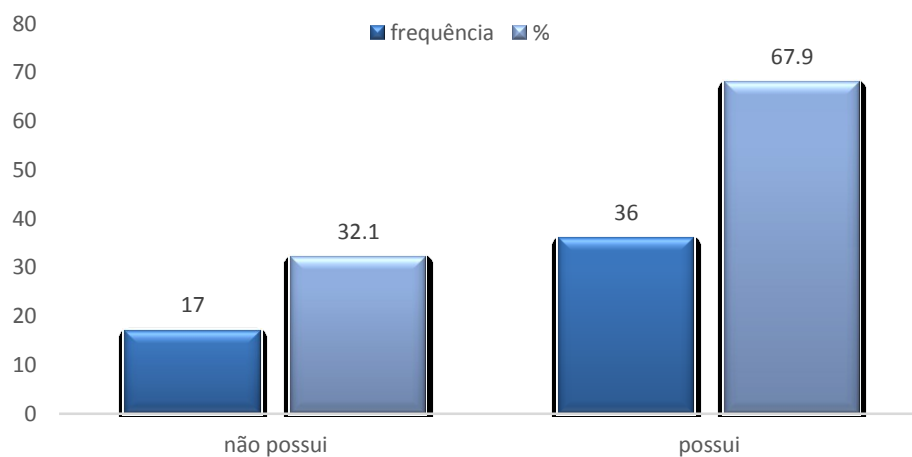


Fonte: dados coletados e elaborados pela autora

Ainda sobre a questão orçamentária, apenas treze portais validados (em funcionamento), ou seja,  $\frac{1}{4}$  possuem os relatórios do Quadro de Detalhamento de Despesa (QDD). São eles: sites do Governo de Estado da Paraíba, Roraima, Tocantins, Santa Catarina e Rondônia e prefeituras de Maceió, São Luis, Porto Velho, Recife, João Pessoa, Aracaju, São Paulo e Natal.

Gráfico 5

### Ocorrência do Relatório Resumido de Execução Orçamentária no site

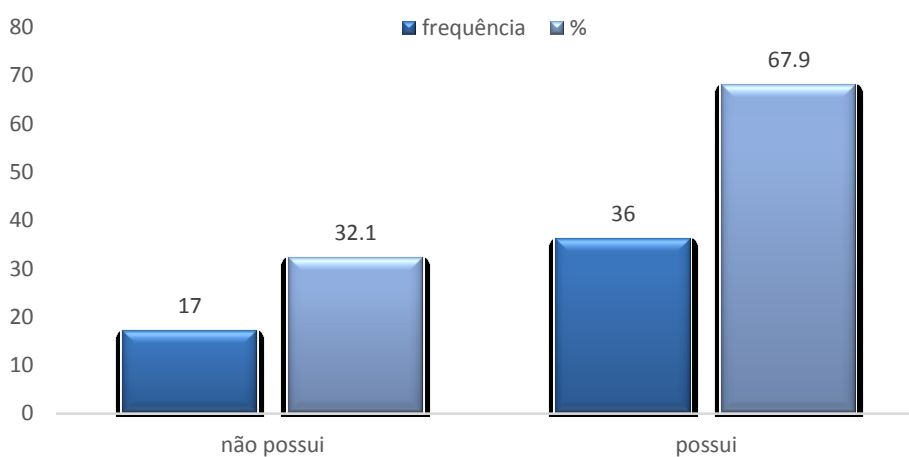


Fonte: dados coletados e elaborados pela autora

O Relatório Resumido de Execução Orçamentária está presente em 36 portais, aproximadamente 68% do total.

Gráfico 6

### Ocorrência do Relatório de Gestão Fiscal no site

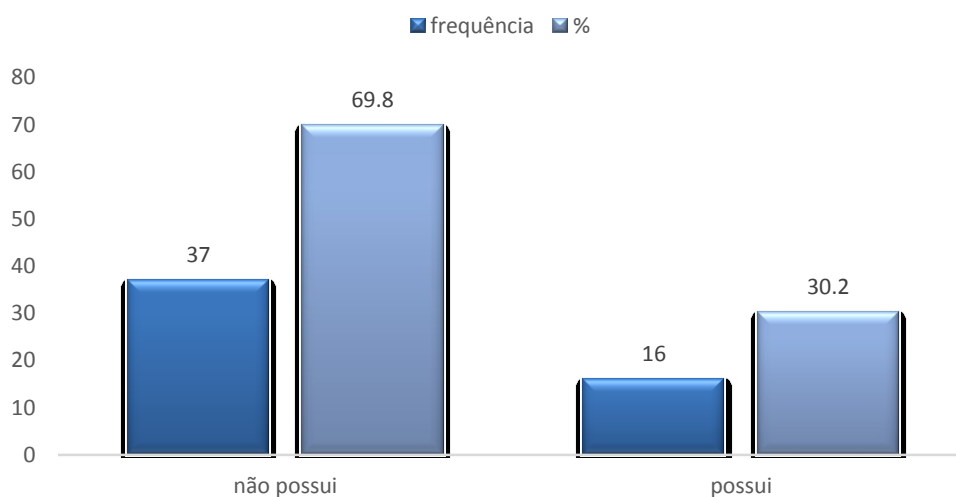


Fonte: dados coletados e elaborados pela autora

No Relatório de Gestão Fiscal, os números são idênticos ao RREO. Dos dezessete portais que não possuem RREO e RGF, dezesseis são comuns entre eles. A diferença entre eles nessas variáveis é: no RREO não tem o portal da prefeitura de Campo Grande e no RGF é a ausência no portal da prefeitura de Belo Horizonte.

Gráfico 7

### Ocorrência da Constituição Federal/1988 no site



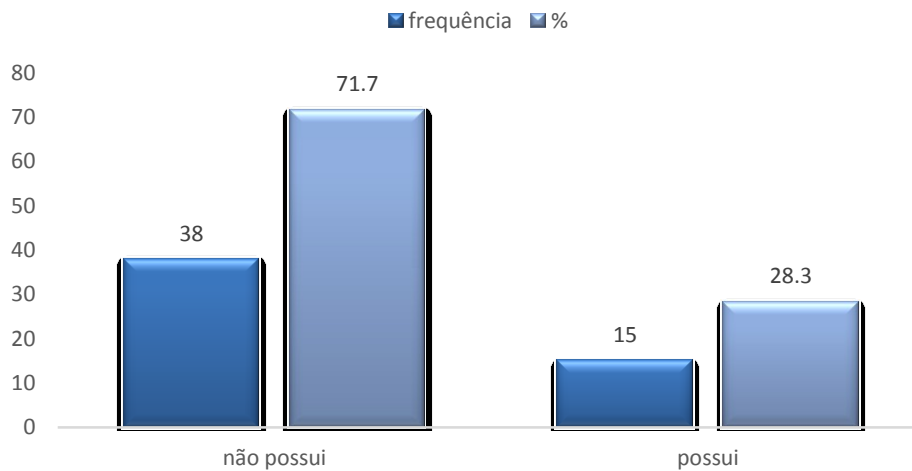
Fonte: dados coletados e elaborados pela autora

A Constituição Federal de 1988 foi uma das variáveis sobre legislação com maior frequência nos portais em um total de 16 vezes, um pouco mais que 30% dos 53 portais pesquisados. Os portais que possuem a Constituição de 1988 no site são: Governo de Estado e prefeitura de Santa Catarina e São Paulo, Governo de Estado do Maranhão, Paraná, Espírito Santo, Piauí, Tocantins, Minas Gerais e Amapá e prefeitura de Porto Velho, João Pessoa, Aracaju, Porto Alegre e Natal.



Gráfico 8

### Ocorrência da Constituição do estado no site

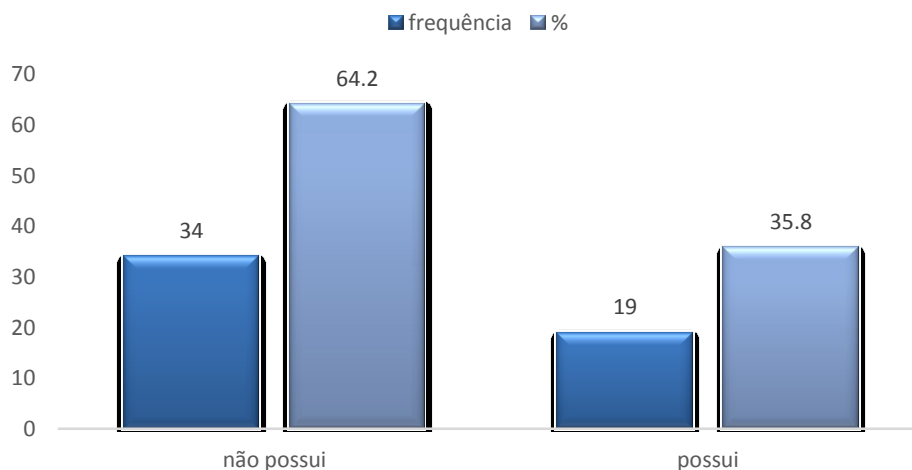


Fonte: dados coletados e elaborados pela autora

Outro item sobre legislação com frequência é a ocorrência da Constituição do próprio estado que foi pesquisado. Do total de sites pesquisados 15 têm a constituição estadual na íntegra. São eles: Governo de Estado do Paraná, Piauí, Tocantins, Minas Gerais, Santa Catarina, Pará, Bahia, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Ceará, Rondônia e São Paulo e prefeituras de João Pessoa, Aracaju e Natal.

Gráfico 9

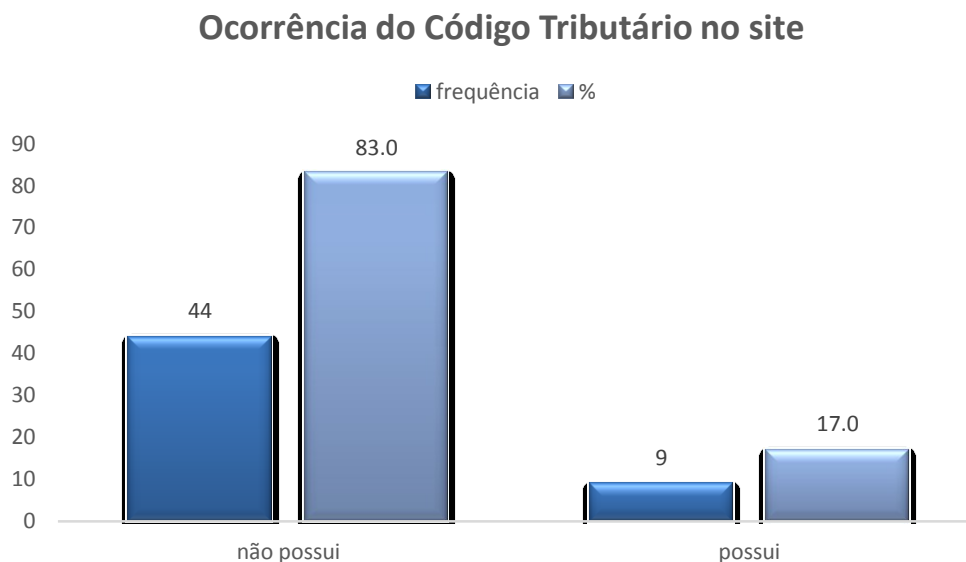
### Ocorrência de Lei Orgânica no site



Fonte: dados coletados e elaborados pela autora

A Lei Orgânica é considerada a lei maior de um município ou do Distrito Federal. Nos sites, a Lei Orgânica aparece 19 vezes (35,8%) do total de 53.

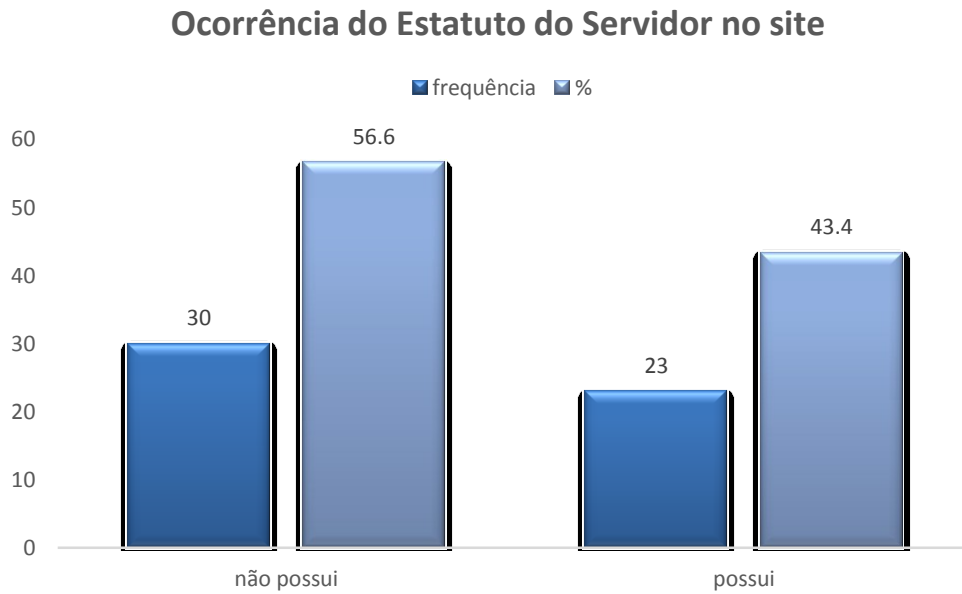
Gráfico 10



Fonte: dados coletados e elaborados pela autora

O Código Tributário regula a matéria tributária e na pesquisa, pode ser de dois tipos: municipal e estadual. Dos nove portais presentes, três deles são estaduais, logo seis são municipais. Os estaduais são os seguintes: Paraná, Amapá e Santa Catarina. Os municipais são: Curitiba, Macapá, Florianópolis, Aracaju, Salvador e Teresina.

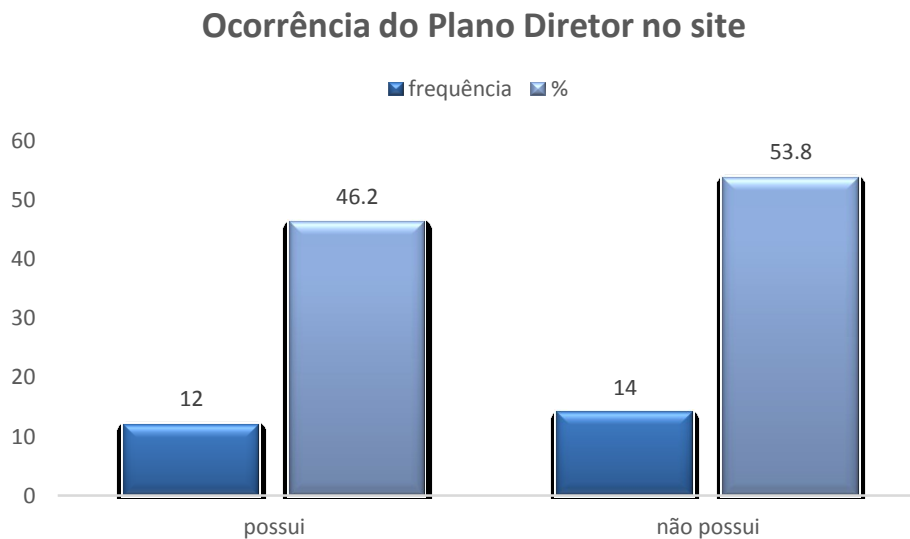
Gráfico 11



Fonte: dados coletados e elaborados pela autora

O Estatuto do Servidor são dispositivos legais que regulamenta a situação do servidor público. Nos 53 portais pesquisados, em 23 (aproximadamente 43%) foram encontrados o estatuto.

Gráfico 12

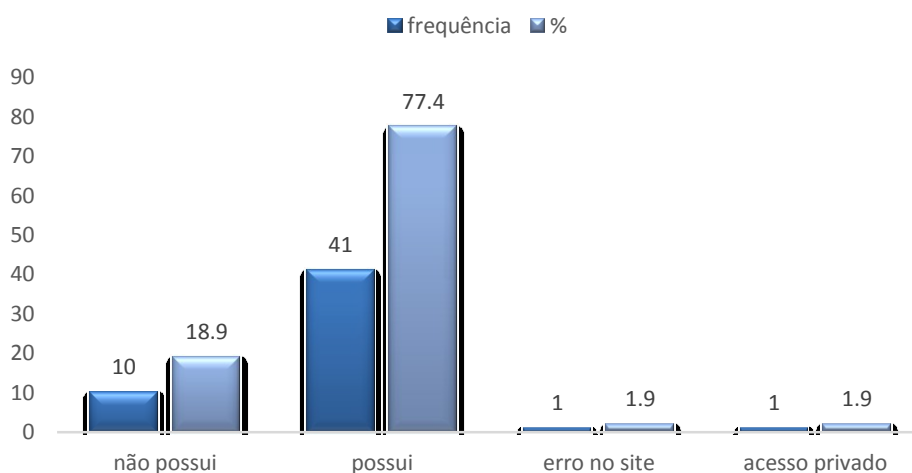


Fonte: dados coletados e elaborados pela autora

O Plano Diretor é um instrumento importante no planejamento urbano dos municípios para o desenvolvimento urbano onde são estabelecidos objetivos para sua execução<sup>7</sup>. Uma vez o Plano Diretor sendo no âmbito apenas municipal, o total de variáveis deixa de ser 53 para ser 26. Ele está presente em doze portais das seguintes prefeituras (46,2%): Macapá, Florianópolis, Rio Branco, Belém, Recife, Goiânia, João Pessoa, Aracaju, São Paulo e Porto Alegre.

Gráfico 13

### Ocorrência do Diário Oficial no site



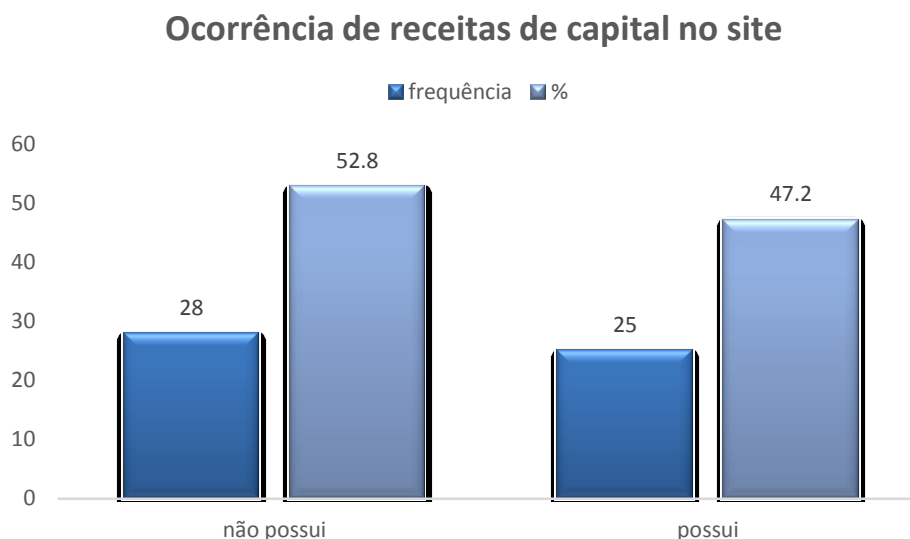
Fonte: dados coletados e elaborados pela autora

O Diário Oficial Eletrônico é outra ferramenta com foco na transparência. É uma publicação de um ato oficial. Nos 53 portais foi levado em consideração os diários oficiais da União, do estado e do município. Na pesquisa eles foram agrupados. Há 41 portais com Diário Oficial, 77,4% e dez portais não possuem esse instrumento. Esses portais são: Governo de Estado de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre, Amapá, São Paulo, Rondônia e Sergipe e prefeituras do Macapá, João Pessoa e Aracaju. Além disso, em outro portal havia o link para acesso do Diário Oficial, mas ao clicar nele dava como erro no site e ainda em outro o acesso era privado, ou seja, para acessá-lo é necessário fazer um cadastro. São eles: prefeituras de Curitiba e Belo Horizonte, respectivamente.

<sup>7</sup>O que é Plano Diretor? < <http://urbanidades.org.br/2008/06/o-que-e-plano-diretor/>> Acesso em 20 nov.2015

Outro ponto comum a quase todos os portais analisados é a presença das receitas e despesas. Segundo o Tesouro Nacional<sup>8 9</sup>, por definição Receita é o aumento do orçamento em qualquer uma das esferas de governo e despesa é a diminuição do orçamento.

Gráfico 14



Fonte: dados coletados e elaborados pela autora

Segundo o portal do Tesouro Nacional receitas de capital são “receitas que alteram o patrimônio duradouro do Estado”.<sup>10</sup> Essas receitas foram encontradas em 25 portais, um pouco mais de 47%.

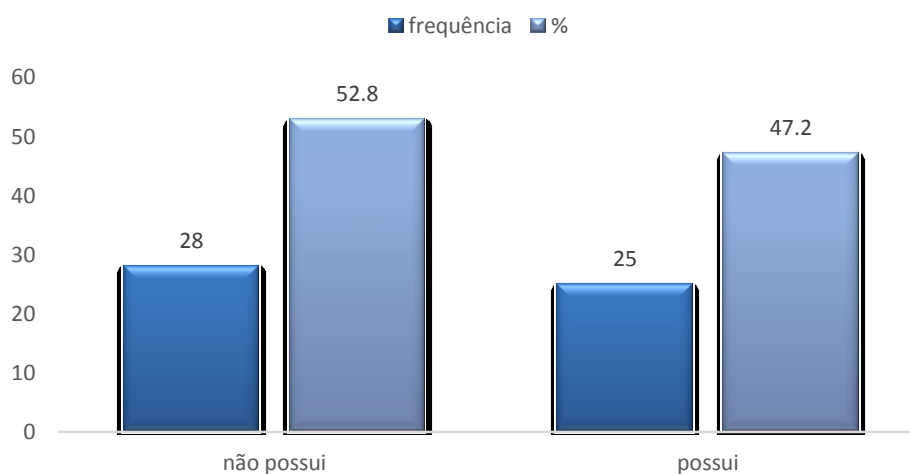
<sup>8</sup> *Receitas públicas: manual de procedimentos: aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios*/Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional – Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Coordenação-Geral de Contabilidade, 2005 <<http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/download/contabilidade/ReceitaInternet2005.pdf>> Acesso em 17 nov.2015

<sup>9</sup> *Manual Técnico de Contabilidade Aplicada ao Setor Público: Aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios a partir da elaboração e execução da lei orçamentária de 2009*. Volume II Manual de Despesa Nacional / Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Orçamento Federal. – 1. ed. – Brasília : Secretaria do Tesouro Nacional, Coordenação-Geral de Contabilidade, 2008 <[http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/contabilidade\\_governamental/download/Manual\\_Despesa\\_Nacional\\_30102008\\_MTCASP\\_.pdf](http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/contabilidade_governamental/download/Manual_Despesa_Nacional_30102008_MTCASP_.pdf)> Acesso em 17 nov.2015

<sup>10</sup> Tesouro Nacional [http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/glossario\\_r.asp](http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/glossario_r.asp) Acesso em 21 dez.2015

Gráfico 15

### Ocorrência de receita corrente no site



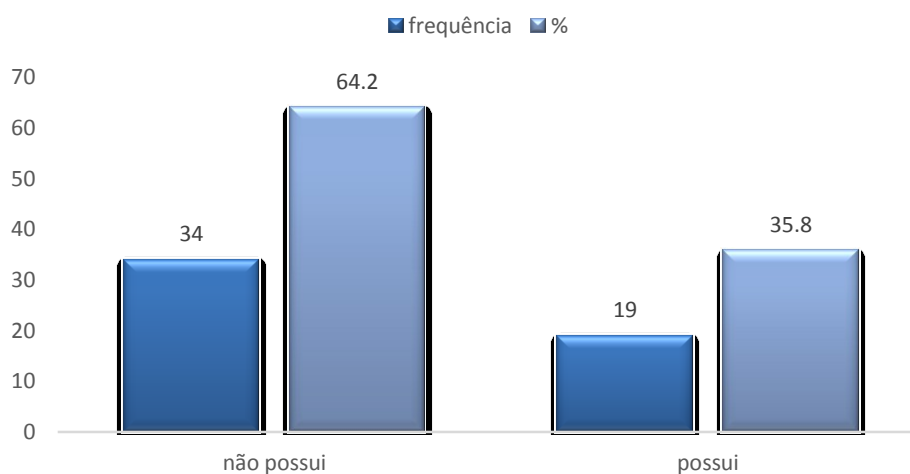
Fonte: dados coletados e elaborados pela autora

As receitas correntes, ao contrário das de capital, se esgotam em um período anual aumentando o patrimônio não duradouro do Estado. As receitas correntes estão em 25 dos sites, 47,2%.

Nota-se que tanto as receitas de capital quanto as receitas correntes estão presentes na mesma quantidade. Esses portais as quais estão presentes são exatamente os mesmos.

Gráfico 16

### Ocorrência de deduções receita no site



Fonte: dados coletados e elaborados pela autora

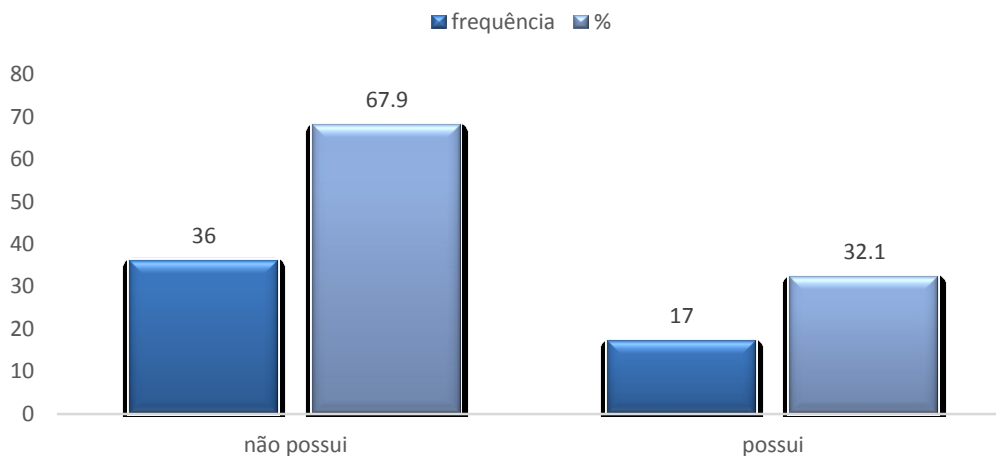
Deduções de receitas<sup>11</sup>, previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal, são transferências de receitas a outros entes ou deduções ou abatimentos. Nos portais pesquisados dezanove (35,8%) têm as deduções de receitas para consulta enquanto as outras 34 não possuem.

---

<sup>11</sup> Receitas Públicas – Manual de Procedimentos  
<http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/download/contabilidade/ReceitaInternet2005.pdf> Acesso em 22 nov.2015

Gráfico 17

### Ocorrência de receitas correntes intraorçamentária no site



Fonte: dados coletados e elaborados pela autora

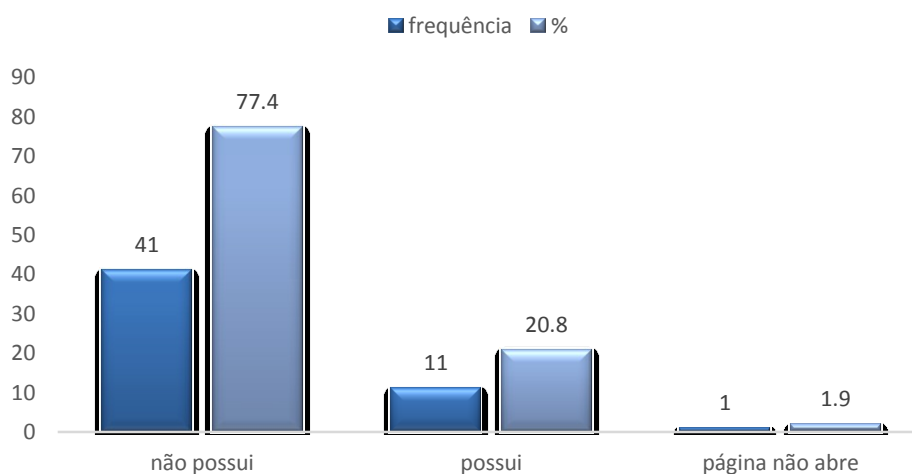
Receitas correntes intraorçamentárias são receitas correntes que quando o fato que origina a receita decorre de despesa da mesma esfera de governo<sup>12</sup>. Essa receita consta em 17 sites, 32,1%.

<sup>12</sup> Receitas Públicas – Manual de Procedimento  
[http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/download/contabilidade/Manual\\_Procedimentos\\_RecPublicas.pdf](http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/download/contabilidade/Manual_Procedimentos_RecPublicas.pdf) Acesso em 22 nov.2015



Gráfico 18

### Ocorrência de receitas por órgãos no site

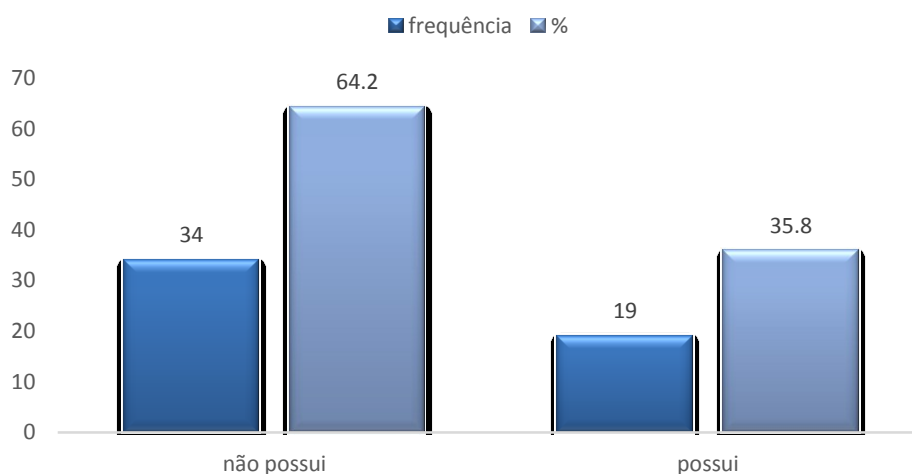


Fonte: dados coletados e elaborados pela autora

Receita por órgão são as receitas agrupadas por órgãos do governo. Esse agrupamento foi encontrado em onze portais, 20,8% e um caso com o link de receita por órgão mas a página não abriu, logo, os dados não puderam ser acessados. Esse portal foi o do Governo de Estado do Mato Grosso.

Gráfico 19

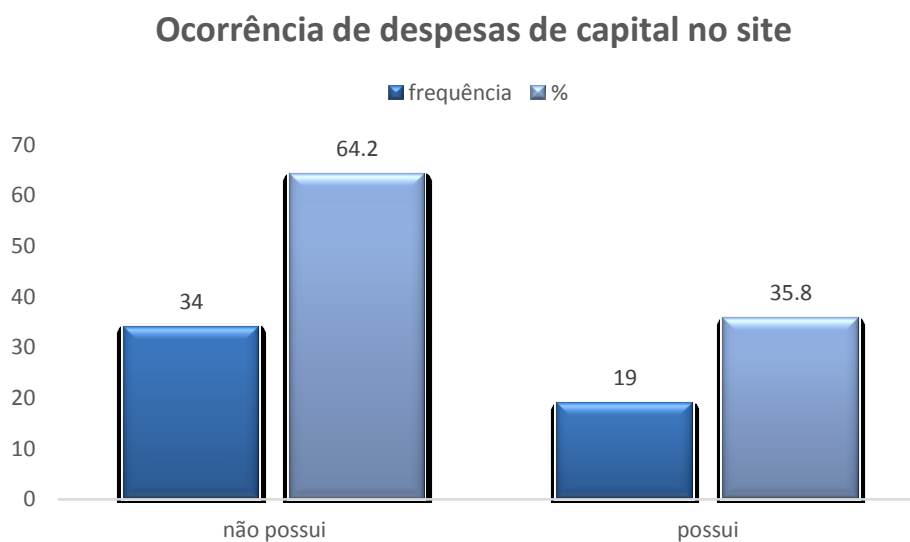
### Ocorrência de despesas corrente no site



Fonte: dados coletados e elaborados pela autora

As despesas correntes “são realizadas com a manutenção dos equipamentos e com o funcionamento dos órgãos” (site Tesouro Nacional).<sup>13</sup> As despesas correntes estão discriminadas em 19 sites, 35,8%.

Gráfico 20



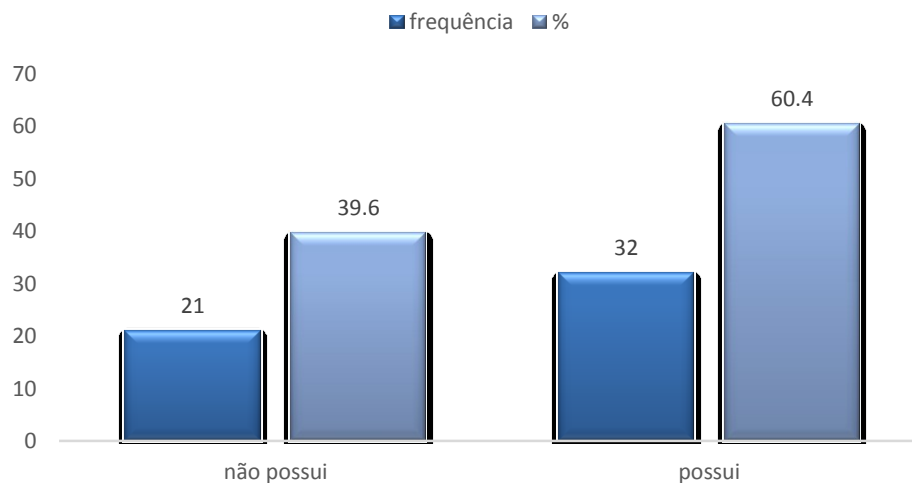
Fonte: dados coletados e elaborados pela autora

Segundo o mesmo site do Tesouro Nacional, despesas de capital são aquelas que visam formar e/ou adquirir ativos reais. Elas estão presentes na mesma quantidade das despesas correntes e assim como aconteceu com as receitas os portais que constam um e o outro são os mesmos.

<sup>13</sup> Tesouro Nacional <[http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/glossario\\_d.asp](http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/glossario_d.asp)> Acesso em 24 nov.2015

Gráfico 21

### Ocorrência de despesa por órgão e credor no site

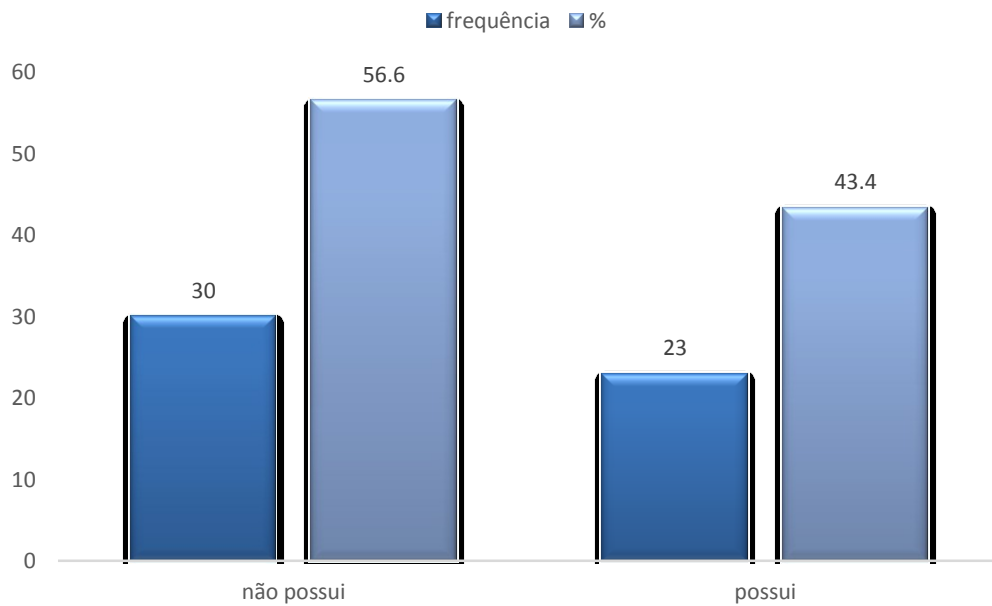


Fonte: dados coletados e elaborados pela autora

Assim como ocorre nas receitas, despesa por órgão são as despesas agrupadas por órgãos do governo. Credor são os fornecedores de bens ou serviços que podem ser tanto pessoa física quanto pessoa jurídica. Na pesquisa as despesas podem ser por órgão (17 portais), credor (9 portais) ou ainda os dois juntos como ocorreu em seis portais. No primeiro os portais são: prefeitura de Porto Velho, Macapá, Fortaleza, Recife, Goiânia, Porto Alegre, Cuiabá e Natal e Governo de Estado do Maranhão, Espírito Santo, Piauí, Amazonas, Tocantins, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Já no segundo os portais são: prefeitura de Maceió, Rio Branco, Palmas, São Paulo e Belo Horizonte e Governo de Estado de Roraima, Rio Grande do Norte, Mato Grosso e Santa Catarina. Por fim, no terceiro caso temos: prefeituras de Curitiba e Teresina e Governo de Estado do Paraná, Distrito Federal, Ceará e Amapá.

Gráfico 22

### Ocorrência de despesa por programa no site

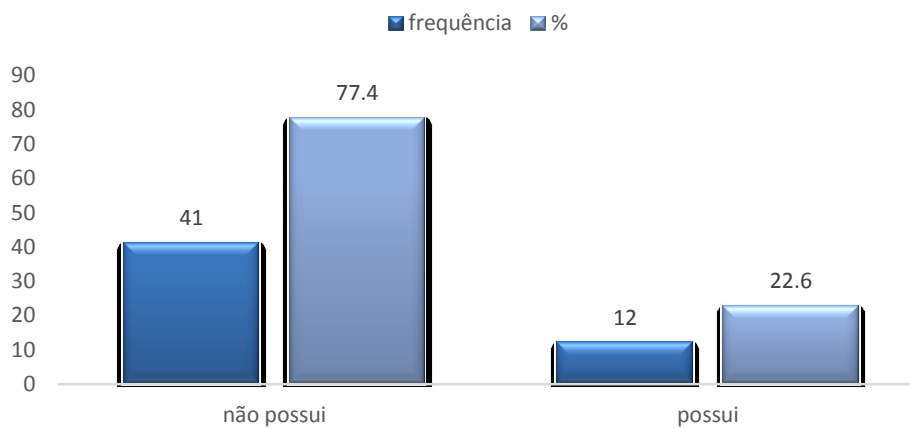


Fonte: dados coletados e elaborados pela autora

Despesa por programa é a emissão de cheque em favor de um credor separada por programa de governo. Na pesquisa, em 23 portais, total de 43,4% foram encontrados essa divisão de despesa.

Gráfico 23

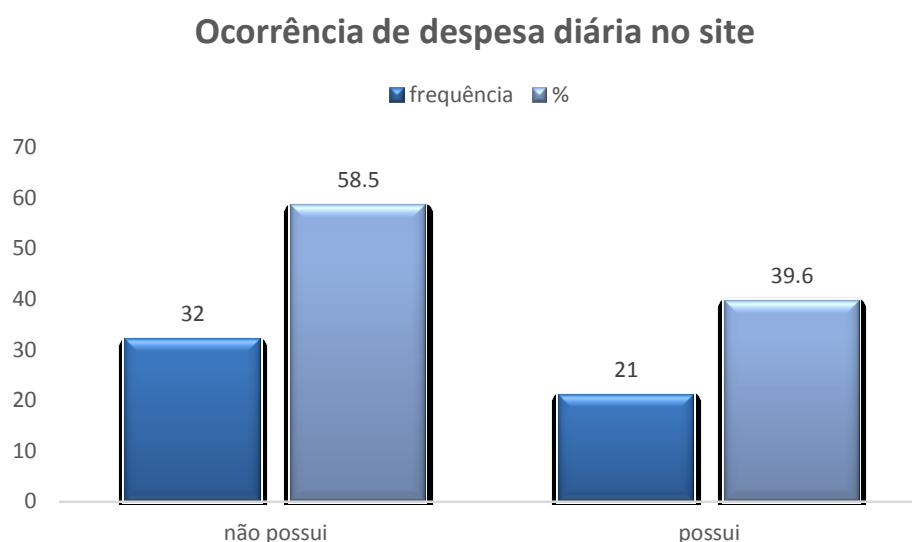
### Ocorrência de despesa por fonte de recursos no site



Fonte: dados coletados e elaborados pela autora

Despesa por fonte de recursos é a origem dos recursos que serão gastos a uma determinada finalidade. Para tanto, é necessário individualizar esses recursos<sup>14</sup>. As informações sobre as despesas por fonte de recursos estão em doze portais dos 53 investigados.

Gráfico 24



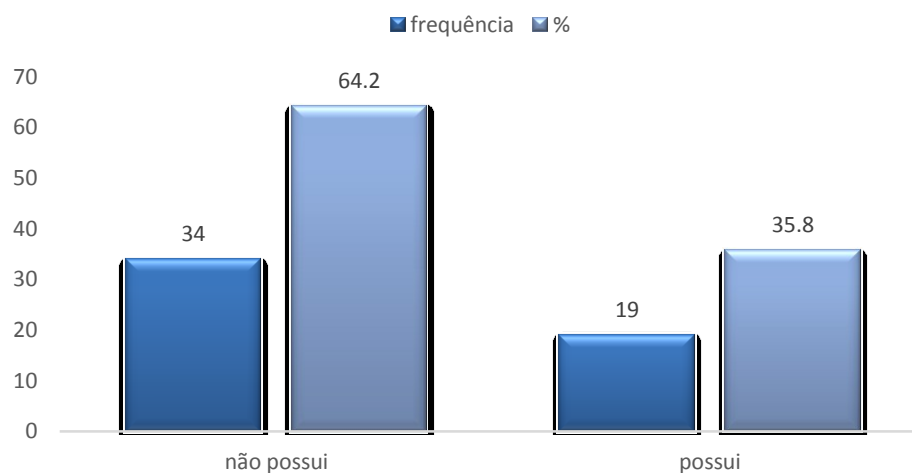
Fonte: dados coletados e elaborados pela autora

A despesa diária é o detalhamento que o órgão se propõe a fazer sobre as despesas realizadas por ele. Dos 53 portais analisados na pesquisa 21 possuem essa transparência diária, quase 40% do total.

<sup>14</sup> Senado Federal [http://www12.senado.gov.br/orcamento/glossario?b\\_start:int=60](http://www12.senado.gov.br/orcamento/glossario?b_start:int=60) Acesso em 20 nov.2015

Gráfico 25

### Ocorrência de despesa por empenho



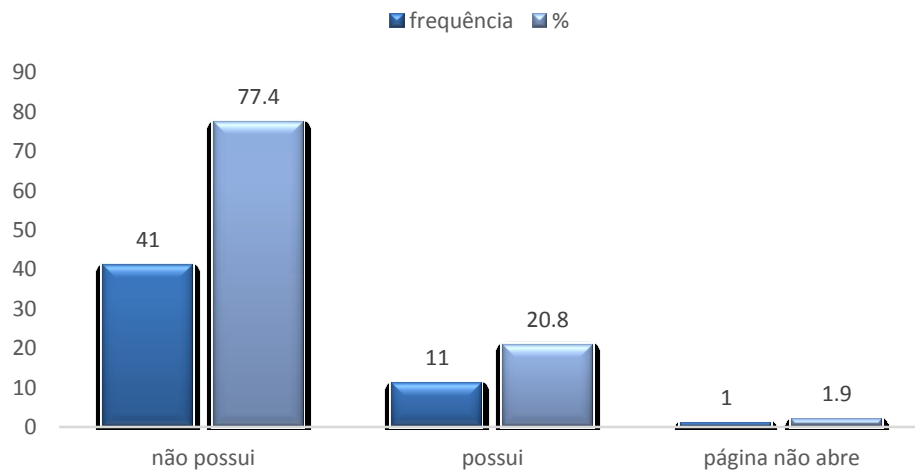
Fonte: dados coletados e elaborados pela autora

Segundo o Portal da Transparência despesa empenhada é o “valor do crédito orçamentário ou adicional utilizado para fazer face a compromisso assumido”. O empenho é registrado na hora da aquisição de um bem ou contratação de um serviço<sup>15</sup>. Assim, o empenho é a primeira fase da despesa orçamentária. Os valores desse estágio da despesa aparecem em 19 portais, aproximadamente 36%.

<sup>15</sup> Portal da Transparência – Governo Federal  
<http://www.portaltransparencia.gov.br/glossario/DetalheGlossario.asp?letra=d> Acesso em 20 nov.2015

Gráfico 26

### Ocorrência liquidações despesa orçamentárias



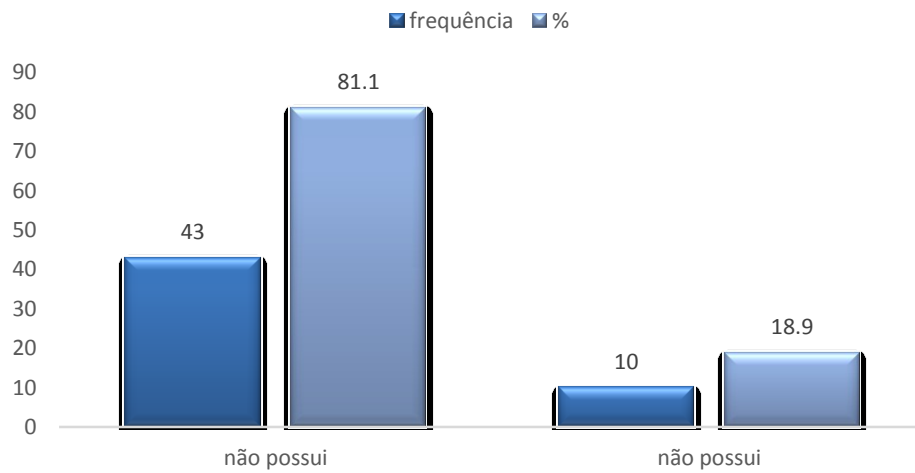
Fonte: dados coletados e elaborados pela autora

Segundo a Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo, liquidações de despesa orçamentárias “é a verificação do direito adquirido pelo credor... para apurar a origem e o objeto do que se deve pagar; a importância exata a pagar; e a quem se deve a importância para extinguir a obrigação”<sup>16</sup>. Foi encontrada essa variável em onze portais e ainda em um havia o link da liquidação de despesa orçamentária, mas a página não abriu, ou seja, os dados não puderam ser acessados. Esse portal foi o do Governo do Estado de Roraima.

<sup>16</sup> Despesa Orçamentária: conceitos, codificação e classificação [https://www.fazenda.sp.gov.br/SigeoLei131/Paginas/ArquivosLC/LC\\_131\\_Despesas.pdf](https://www.fazenda.sp.gov.br/SigeoLei131/Paginas/ArquivosLC/LC_131_Despesas.pdf) Acesso em 27 nov.2015

Gráfico 27

### Ocorrência pagamento despesa orçamentária

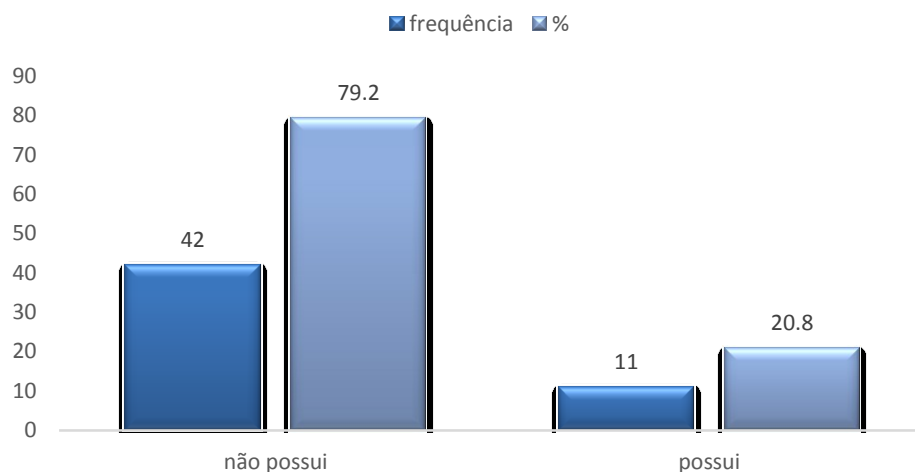


Fonte: dados coletados e elaborados pela autora

No mesmo documento citado acima, pagamento de despesa orçamentária é a entrega do dinheiro ao credor através de conta corrente mas que só pode ser feito quando a liquidação de despesa estiver regulada. Nota-se acima que em dez sites foram encontradas a variável, quase 19%.

Gráfico 28

### Ocorrência pagamento restos a pagar



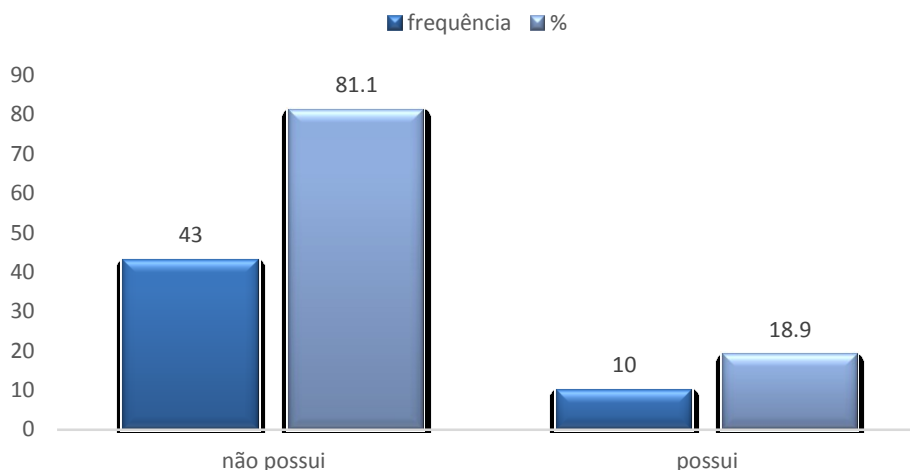
Fonte: dados coletados e elaborados pela autora



Despesa de pagamento de restos a pagar é a entrega do dinheiro ao credor quando já percorrido o estágio do empenho e pode ter ou não percorrido o estágio da liquidação<sup>17</sup>. Na pesquisa foram encontrados onze portais (20,8%) com a informação de despesa pagamento de restos a pagar.

Gráfico 29

### Ocorrência de despesa com gasto de favorecidos



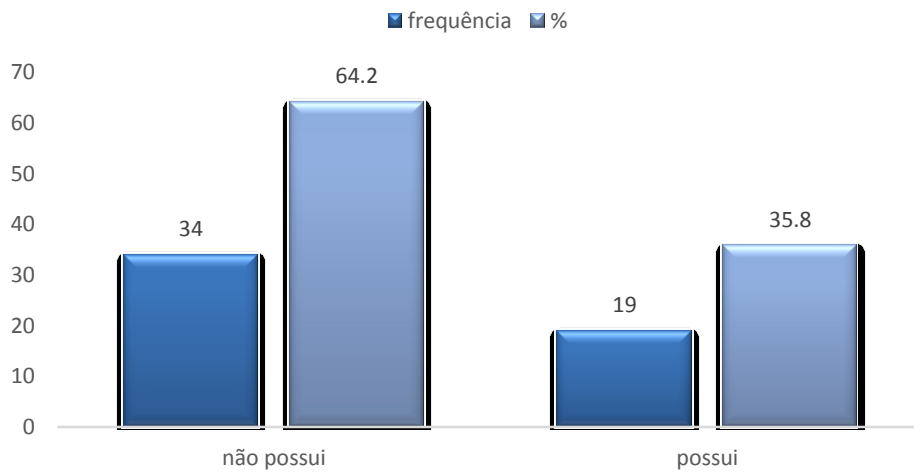
Fonte: dados coletados e elaborados pela autora

Favorecidos são pessoas físicas ou jurídicas. Essas despesas são os valores que essas pessoas físicas ou jurídicas receberam. Esse tipo de despesa foi encontrado em dez portais: prefeitura de Rio de Janeiro, Fortaleza, João Pessoa, Porto Alegre, Cuiabá e Natal e Governo de Estado do Maranhão, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte.

<sup>17</sup> Despesa Orçamentária: conceitos, codificação e classificação [https://www.fazenda.sp.gov.br/SigeoLei131/Paginas/ArquivosLC/LC\\_131\\_Despesas.pdf](https://www.fazenda.sp.gov.br/SigeoLei131/Paginas/ArquivosLC/LC_131_Despesas.pdf) Acesso em 27 nov.2015

Gráfico 30

### Ocorrência de balanço geral no site

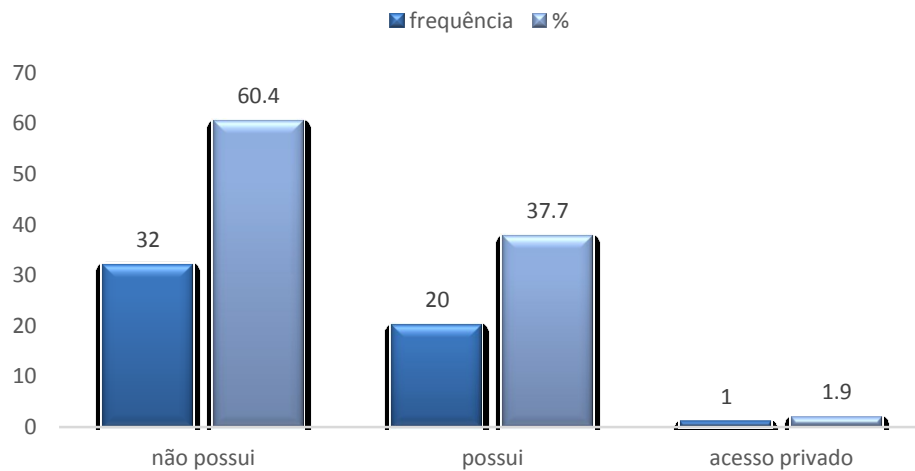


Fonte: dados coletados e elaborados pela autora

Balanço Geral é uma diretriz anual aos gastos do governo onde contém os detalhes de todas as transações ocorridas<sup>18</sup>. Em 35,8% dos portais há essa transparência de dados, o que equivale a 19 portais.

Gráfico 31

### Ocorrência do link do e-compras no site

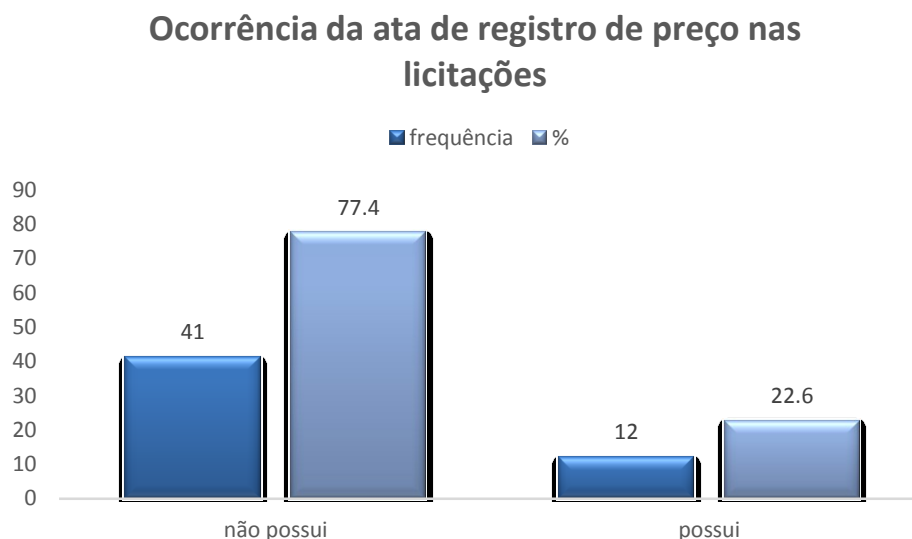


Fonte: dados coletados e elaborados pela autora

<sup>18</sup> Gestão do Dinheiro Público <http://www.gestaodinheiropublico.pr.gov.br/Gestao/balanco/balanco.jsp>  
Acesso em 22 nov.2015

As compras eletrônicas estão presentes em vinte sites de governo, do total de 53. Ainda há um portal que há o link do e-compras, mas com acesso privado, ou seja, é necessário um cadastro par acesso. Esse portal é o da prefeitura de Aracaju. Assim, em mais de 60% dos portais analisados não havia essa ferramenta de compra on-line.

Gráfico 32



Fonte: dados coletados e elaborados pela autora

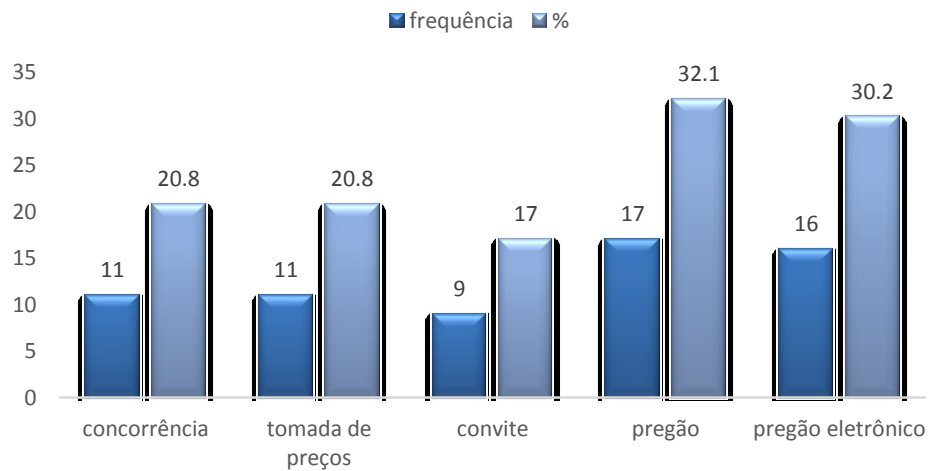
As atas de registro de preço é uma ferramenta na contratação de bens e serviços através da concorrência ou pregão onde se registram o preço, fornecedores e demais dados<sup>19 20</sup>. Na pesquisa, em doze portais, 22,6%, foi encontrada essa variável.

<sup>19</sup> Atas de Registro de Preço <http://portal.fiocruz.br/pt-br/content/atas-de-registro-de-pre%C3%A7os>  
Acesso em 22 nov.2015

<sup>20</sup> Sistema de Registro de Preços - SISRP <http://www.comprasgovernamentais.gov.br/paginas/servicos-faq/perguntas-e-respostas-sisrp#P2> Acesso em 22 nov.2015

Gráfico 33

### Modalidades de licitação



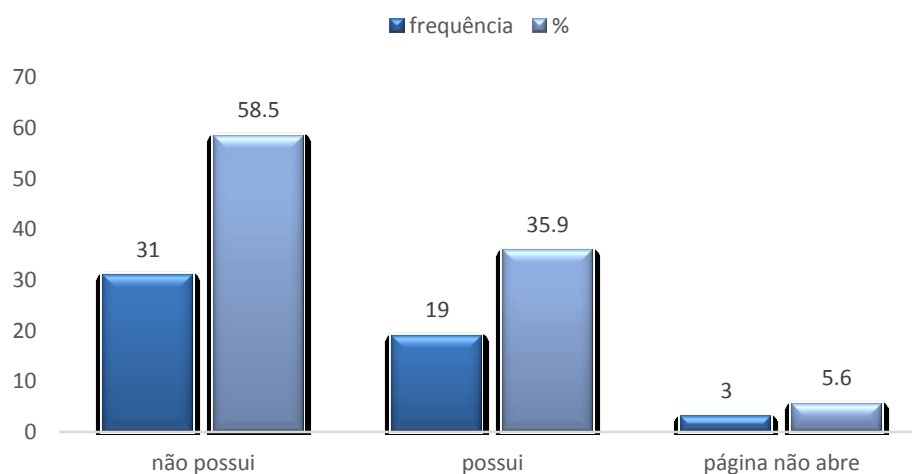
Fonte: dados coletados e elaborados pela autora

As modalidades são seis: concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão e pregão. Neste trabalho foi colocado os quatro mais frequentes, sendo o pregão dividido em presencial e eletrônico. Precisa-se levar em consideração que os portais podem ter mais de uma modalidade presente. Em nove portais as cinco categorias apareceram juntas, logo, sempre que havia a modalidade “convite” todas as outras também estavam presentes. Vale colocar que em 32 portais não havia nenhuma das cinco categorias citadas na pesquisa.

Nos sites são encontrados contratos e convênios realizados. Segue a definição deles:

Gráfico 34

### Ocorrência de contrato no site

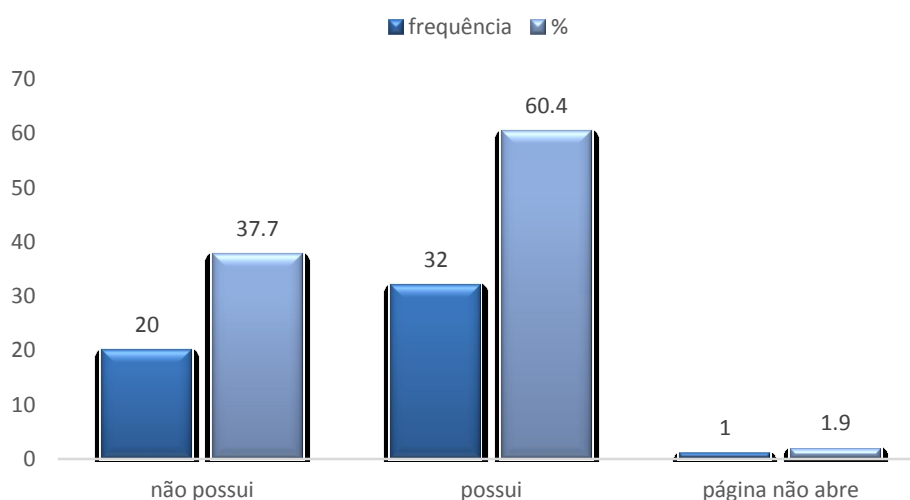


Fonte: dados coletados e elaborados pela autora

Contratos são acordos de vontade para que sejam estipulados obrigações e vínculos entre as partes interessadas<sup>21</sup>. Os contratos, nos portais pesquisados, estão presentes 19 vezes, 35,6%. Ainda foram encontrados três sites (5,6%) com o link para contratos, mas a página não abriu: prefeitura de Aracaju e Governo de Estado do Tocantins e Santa Catarina.

<sup>21</sup> Lei 8.666/1993 – Presidência da República [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/leis/L8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8666cons.htm)  
Acesso em 22 nov.2015

## Ocorrência de convenio no site



Fonte: dados coletados e elaborados pela autora

Já os convênios também são acordos de vontades, porém uma das partes tem que fazer parte da Administração Pública. O objetivo do convênio é harmonizar a relação para que se tenha o desempenho esperado<sup>22</sup>. Em 32 sites foram encontrados os convênios, 60,4% do total. Assim como em contratos o portal da prefeitura de Aracaju não abriu, em convênios o mesmo ocorreu.

Tabela 2

Serviços aos cidadãos/empresas/servidores/turistas no site		
	Possui	Não possui/erro no site
1ª via CNH	8	45
1ª via Identidade	6	47
2ª via Conta de Água	6	47
Abertura de Empresa	6	47

<sup>22</sup> Lei 8.666/1993 – Presidência da República [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/leis/L8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8666cons.htm)  
Acesso em 22 nov.2015

Tabela 2

Serviços aos cidadãos/empresas/servidores/turistas no site		
Alvará e/ou Certidão e/ou Licença	26	27
Antecedentes Criminais	6	47
Bandeira como Símbolo	19	34
Brasão como Símbolo	19	34
Calendário de Pagamento	9	44
Certidão Negativa	8	45
Concursos Públicos	11	42
Consulta a Processos	29	24
Contracheque	27	26
Culinária	14	39
Cultura	20	33
Cursos de Capacitação aos Servidores	6	47
Delegacia Virtual	7	46
Educação	10	43
Esporte e Lazer	8	45
Estágio	7	46
Habitação e Moradia	11	42
Hino como Símbolo	17	36
História	14	39
Impostos e Taxas	37	16
Informações sobre a Economia	6	47
Meio Ambiente	12	41
Multa de Trânsito	12	41
Nota Fiscal Eletrônica	14	39
Nota Fiscal Eletrônica Avulsa	20	33

Tabela 2

Serviços aos cidadãos/empresas/servidores/turistas no site		
Pesquisa de Servidores	22	31
Pontos Turísticos	12	41
Portal do Servidor	16	37
Portal do Turismo	7	46
Procon	12	41
Renovação CNH	6	47
Saúde	14	39
Segurança	10	43
Simples Nacional	6	47
Trabalho	21	32
Trânsito	21	32
Turismo	6	47
Webmail	20	33

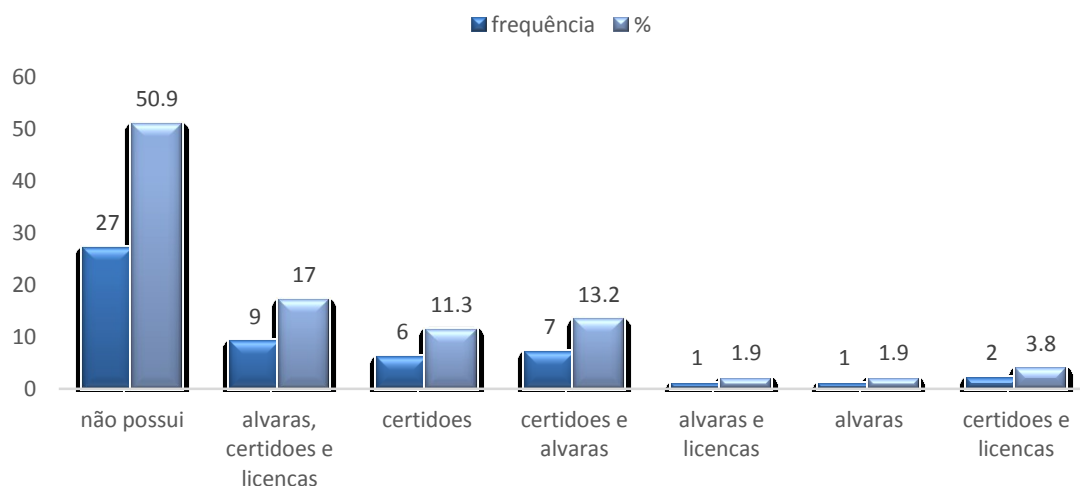
Fonte: dados coletados e elaborados pela autora

Os principais serviços presentes nos portais são os citados acima. Há serviços para cidadãos em geral, outros voltados à empresas e ainda outros com foco nos turistas. Nota-se que alguns desses serviços são para realização on-line e outros apenas para informação sobre eles a quem acessa o portal. Nos serviços “Alvará e/ou Certidão e/ou Licença”, o resultado foi desmembrado, uma vez que nem todos os portais possuíam os três serviços concomitantemente.



Gráfico 36

## Alvarás/certidões/licenças



Fonte: dados coletados e elaborados pela autora

Há ainda a figura das bandeiras e dos brasões e a letra dos hinos dos municípios ou estados. Embora as bandeiras e os brasões tenham em mesmo número eles não são completamente dos mesmos sites. Aos três são comuns 15 portais.

Tabela 3

Secretarias e Órgãos		
	Possui	Não Possui
Atribuições	7	46
Biografia dos Secretários	11	42
Contato	40	13
Estrutura	11	42
Horário de Atendimento	6	47
Sites	28	25

Fonte: dados coletados e elaborados pela autora

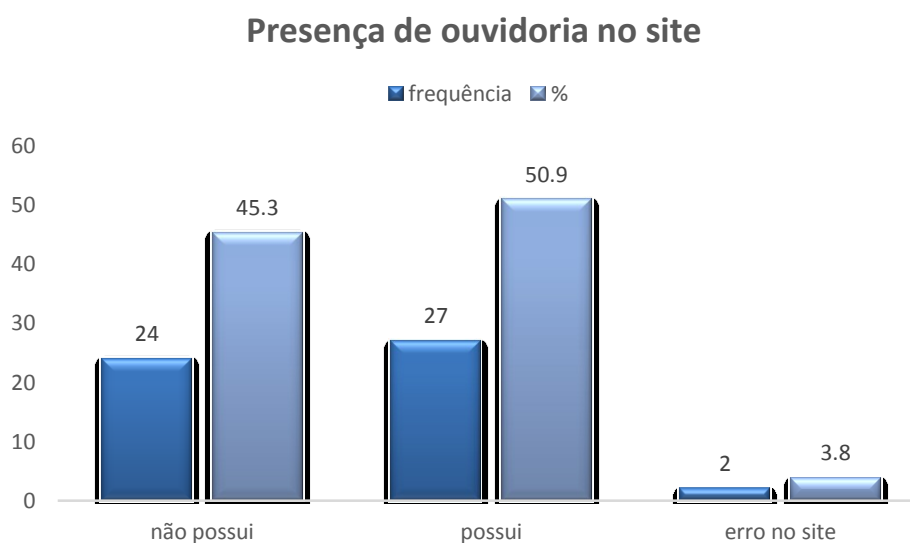
Em muitos portais foram encontrados informações relacionadas às secretarias e aos órgãos assim como informações sobre seus responsáveis (secretários e diretores). Acima estão essas principais informações tiradas na pesquisa. O que se notou muito presente foi o contato com essas secretarias e órgãos assim como os sites para quem

necessita maiores informações. Entretanto, a informação sobre o horário de atendimento não foi encontrado amplamente.

A estrutura organizacional foi encontrada em onze portais, assim, a equipe e os cargos estão disponíveis para visualização bem como a biografia de alguns secretários presentes no mesmo número.

O Fale Conosco e a Ouvidoria são duas outras formas de contato com o governo. O Fale Conosco é uma forma mais simples de contato, normalmente realizado por caixa de mensagem e para assuntos pontuais e a ouvidoria é mais completa, pois além de ser institucionalizada com a presença de um ouvidor e ter forma de contato ser mais ampla, por e-mail, telefone, caixa de mensagem, a ouvidoria, nos portais vem acompanhada da separação por assuntos (elogios, críticas, denúncias, informações, solicitações, reclamações).

Gráfico 37

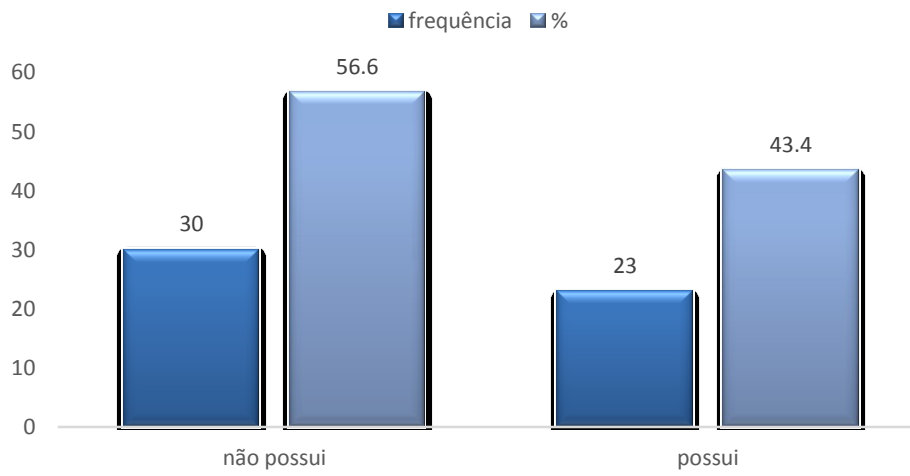


Fonte: dados coletados e elaborados pela autora

Nos portais pesquisados, há 27 com presença da ouvidoria on-line, um pouco mais que 50% do total de 53 portais. Ainda tiveram dois portais com o link de ouvidoria mas ao clicar dava erro no site: a prefeitura de Porto Alegre e do Governo de Estado do Alagoas.

Gráfico 38

### Presença do fale conosco no site

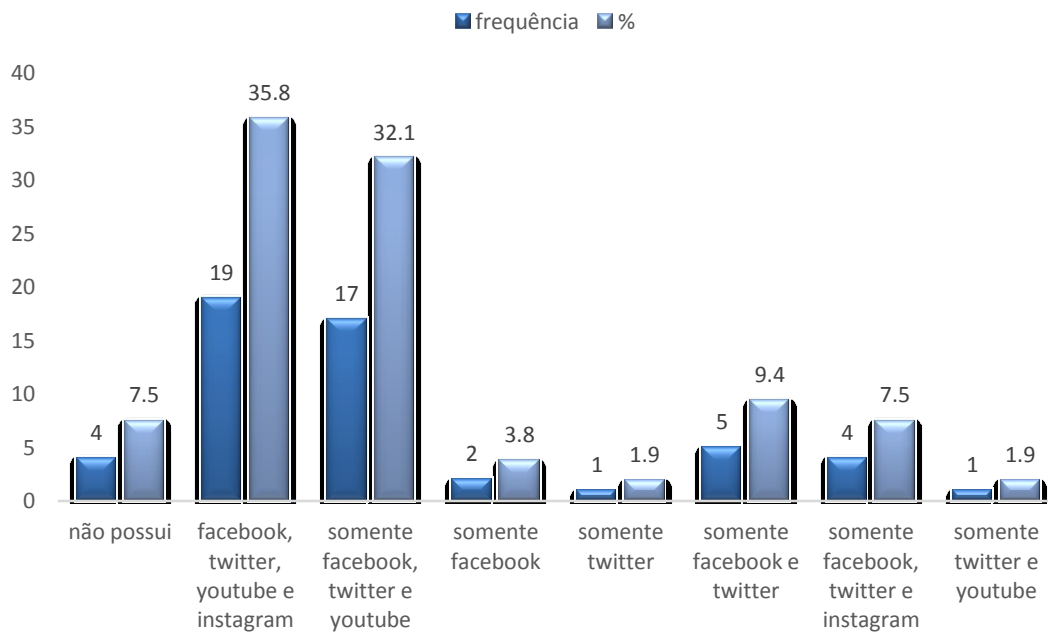


Fonte: dados coletados e elaborados pela autora

O fale conosco é um pouco menos frequente que a ouvidoria nos portais, com 23 válidos, 43,4%.

Gráfico 39

### Link das Redes Sociais no site

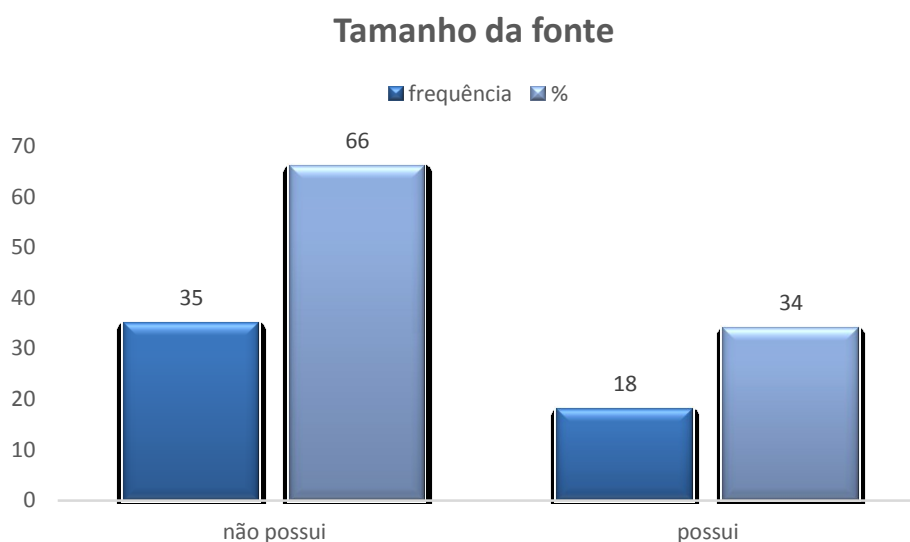


Fonte: dados coletados e elaborados pela autora

As Redes Sociais não se fazem presentes em apenas quatro portais: no site de Governo do Paraná, no Governo do Ceará e no Governo de Alagoas e o Governo de Sergipe que durante a pesquisa não estava em funcionamento. Logo, aproximadamente 95% possui ao menos uma rede social para acesso. As redes sociais mais utilizadas são o Facebook, o Twitter, o Youtube e o Instagram, mas em alguns portais houve presença de outras redes sociais, por exemplo, o Flickr.

Dois variáveis encontradas são importantes na questão da acessibilidade: o tamanho da fonte que pode aumentar ou diminuir e o contraste que muda a cor das letras e o fundo da tela.

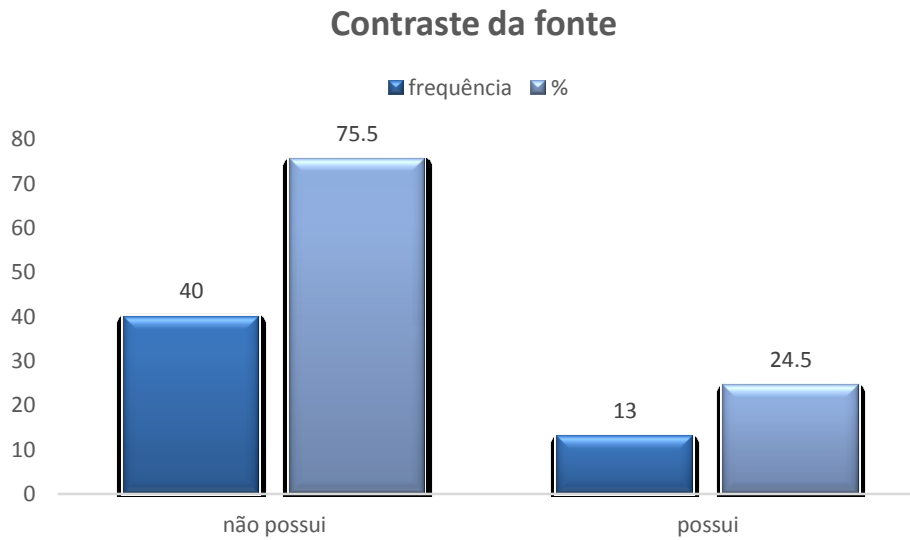
Gráfico 40



Fonte: dados coletados e elaborados pela autora

Em 18 sites há a possibilidade de alterar o tamanho da fonte, para maior ou para menor. Ou seja, em 35 sites não há a preocupação de melhora da acessibilidade nesse sentido.

Gráfico 41

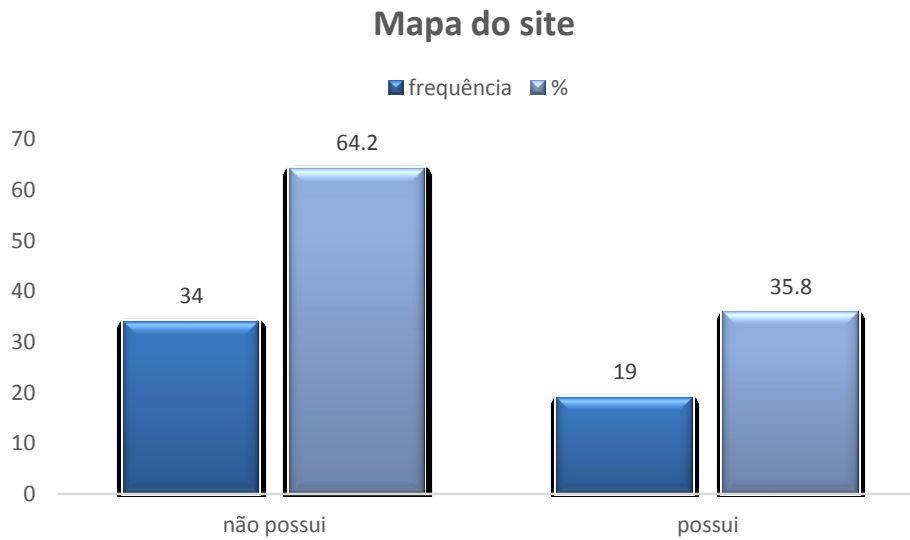


Fonte: dados coletados e elaborados pela autora

Já o contraste muda a cor do fundo para preto e as letras para branco. Isso acontece em todo o site. Esse mecanismo está em apenas 13 portais (24,5%).

São questões de relevância ao pensar que pessoas com deficiência visual acessam os sites. O tamanho da fonte presente em 34,61%: prefeituras de Boa Vista, Fortaleza, Recife, Palmas, Porto Alegre e São Paulo e nos governos do Paraná, Espírito Santo, Piauí, Tocantins, Bahia, Mato Grosso, Brasília, Acre, Minas Gerais, Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro e o contraste em treze sites: prefeituras de Fortaleza, Recife, Palmas, João Pessoa, Porto Alegre e nos governos do Paraná, Paraíba, Tocantins, Bahia, Brasília, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

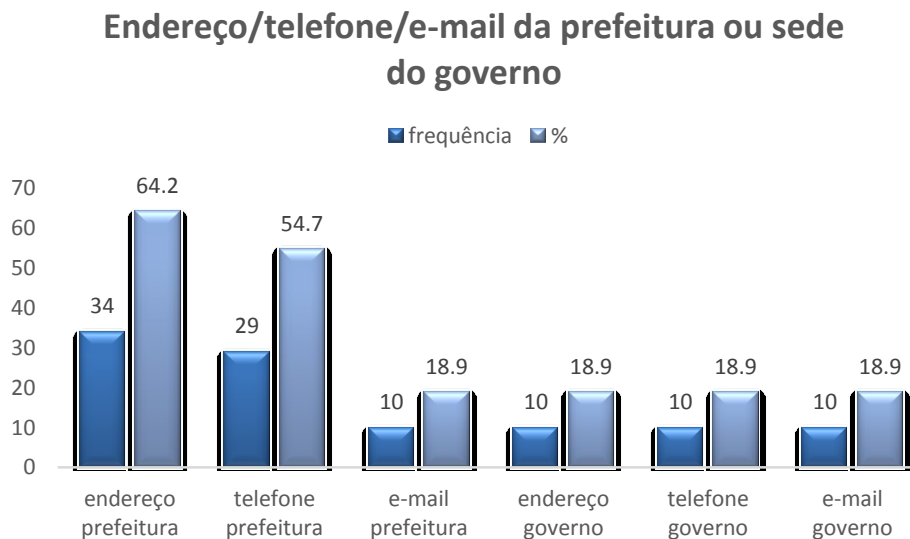
Gráfico 42



Fonte: dados coletados e elaborados pela autora

O mapa de orientação do site está presente em dezenove ocasiões, aproximadamente 36%, é importante ferramenta que pode facilitar a navegabilidade do site tornando mais rápido o tempo de duração em cada um deles. A frequência do mapa do site nos 53 pesquisados é: 19 sites possuem essa ferramenta e 34 não os possuem.

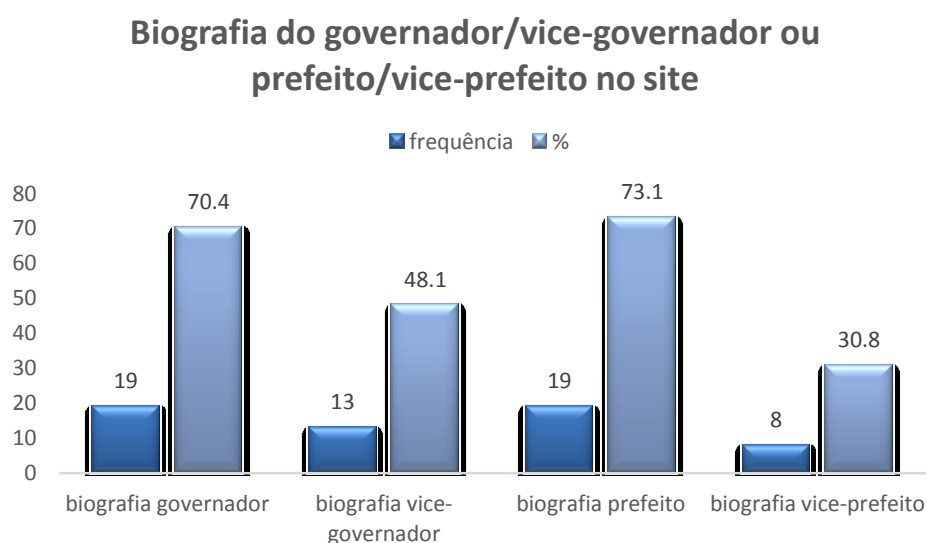
Gráfico 43



Fonte: dados coletados e elaborados pela autora

Outro dado interativo nos portais são as formas de contato com as prefeituras e as sedes dos governos. Essas formas são o endereço, o telefone e o e-mail de contato. Percebe-se que essas informações não foram encontradas em grande quantidade, principalmente as informações relacionadas aos portais do Governo de Estado, cada um com dez portais. Esses portais relacionados ao endereço, telefone e e-mail da sede do governo são exatamente as mesmas: Espírito Santo, Amazonas, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Minas Gerais, Amazonas, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro.

Gráfico 44

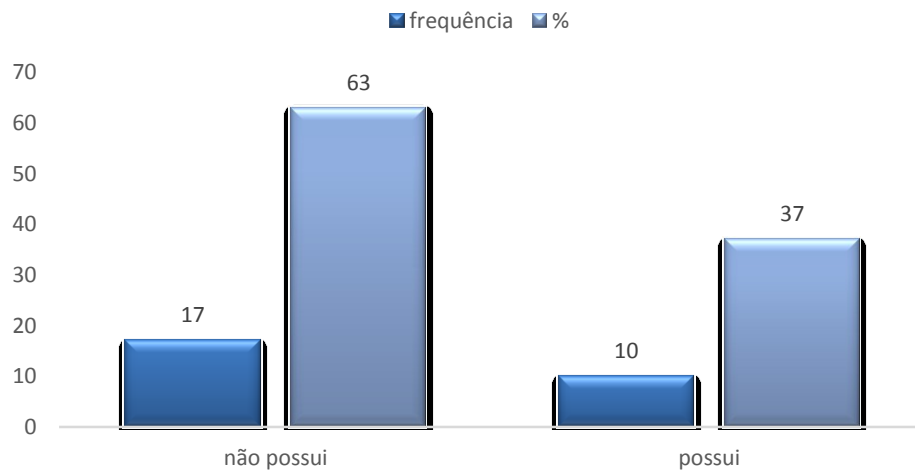


Fonte: dados coletados e elaborados pela autora

Alguns portais possuem a biografia do governador ou prefeito e seu respectivo vice. Nota-se que os vices estão em menor quantidade e todos os portais que têm a biografia do vice também tem do governador ou prefeito, portanto, a biografia de vice-governador está em 13 portais e esses treze também possuem a biografia do governador. O mesmo acontece no caso do prefeito. O total dessa variável não foi, para cada biografia citada, os 53 portais, mas no caso de governador foi de 27, total de estados mais o Distrito Federal e no caso de prefeitos foi de 26, lembrando que Brasília não possui prefeitura.

Gráfico 45

### Presença da equipe do governador no site

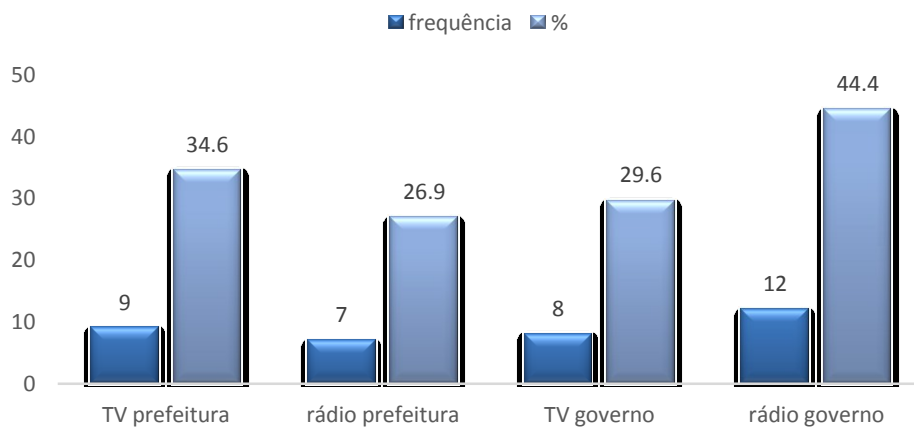


Fonte: dados coletados e elaborados pela autora

A equipe do governador, em forma de organograma ou não estão em dez portais de Governo de Estado: Paraná, Pará, Amazonas, Rio Grande do Sul, Tocantins, Mato Grosso, Ceará, Santa Catarina, Goiás e Rio de Janeiro.

Gráfico 46

### Link TV e rádio da prefeitura/se do governo no site



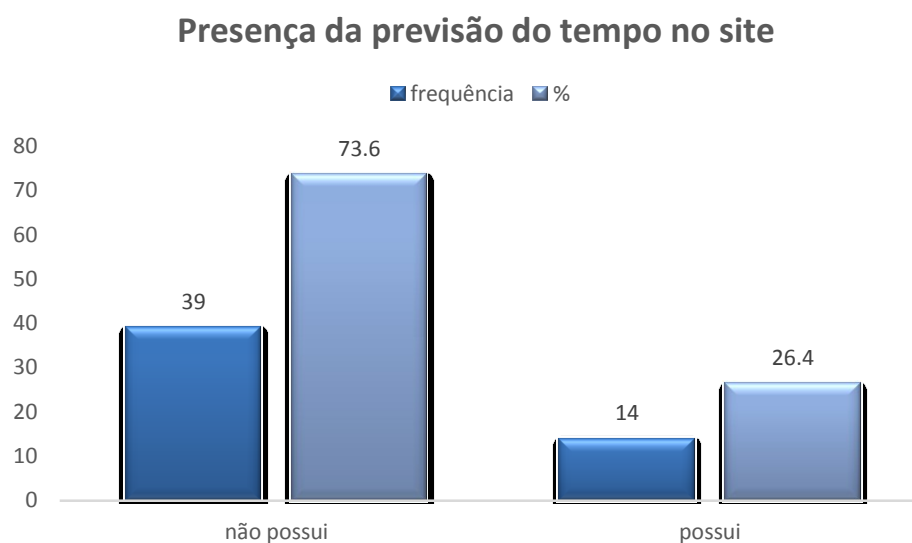
Fonte: dados coletados e elaborados pela autora



A porcentagem total para a presença de TV e rádio da prefeitura ou governo não é em cima dos 53 totais. A pesquisa relacionada à TV e ao rádio da prefeitura é em um total de 26 portais e à TV e ao rádio do governo em um total de 27.

Essa variável é outra forma de comunicação entre a população e o governo, pois, em geral, o conteúdo é relacionado às notícias local ou do Estado.

Gráfico 47

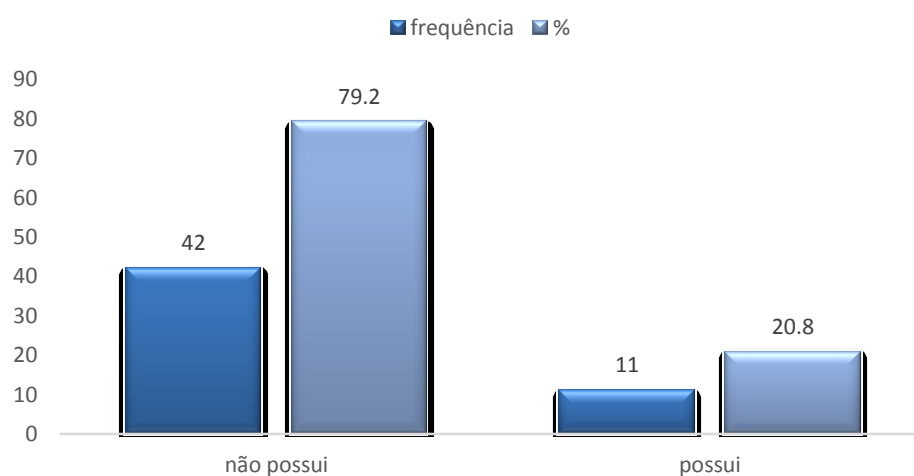


Fonte: dados coletados e elaborados pela autora

A previsão do tempo dentro dos sites está presente em 26,4%, ou seja, em 14 sites do total de 53 que foram pesquisados.

Gráfico 48

### Presença da manual de identidade visual do site

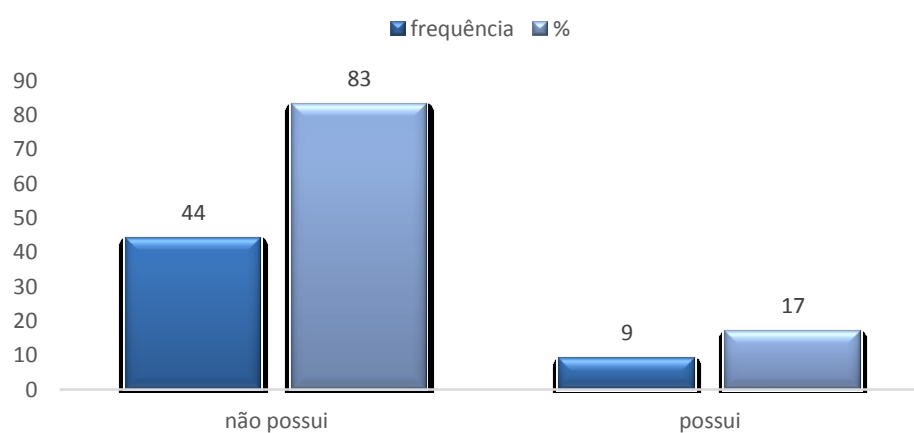


Fonte: dados coletados e elaborados pela autora

O manual de identidade visual do site é um documento que ajuda na uniformidade e padronização dos sites com o fim de fortalecer a marca. Esse manual de marca foi encontrado em onze portais, 20,8%: prefeituras do Rio de Janeiro, Campo Grande, Belém, Fortaleza e Recife e Governo de Estado do Amazonas, Pernambuco, Distrito Federal, Ceará, Mato Grosso do Sul e Rondônia.

Gráfico 49

### Cadastro para recebimento de newsletter no site



Fonte: dados coletados e elaborados pela autora

O cadastro para recebimento de newsletter, ou seja, as principais notícias do local de acordo com o interesse de cada um. É possível fazer o cadastro para receber newsletter em nove portais: prefeitura de São Luis, Fortaleza, Recife e Governos de Estado do Paraná, Piauí, Amazonas, Mato Grosso, Amapá e São Paulo. Esse instrumento é importante para facilitar o acesso do cidadão aos principais acontecimentos, pois com a newsletter o cidadão também não precisa gastar muito tempo a procura do que é destaque no município/estado, além de ser um vínculo a mais com o governo. Um dos serviços destinados ao turismo é o Portal do Turismo, que só aparece em sete portais, onde o turista pode conhecer a região que pretende visitar.

#### 4. CONCLUSÃO

Nos portais analisados, pode-se perceber que algumas informações são comuns a muitos deles. E em muitos casos as informações chegam da mesma forma, podendo ser através de relatórios de prestação de contas, informação de quais serviços podem ser utilizados pelo cidadão de maneira on-line, links de acesso a outras informações, por exemplo as redes sociais. Apesar disso, percebe-se que ainda que alguns sites tenha a mesma ferramenta para mostrar as informações contidas nele, alguns portais têm essas informações de maneira mais completa que outros, com mais detalhamentos sobre elas.

De início destaca-se o fato de "notícia" ser a única variável presente em 100% dos portais válidos, lembrando que o portal do Governo de Estado de Sergipe não estar em funcionamento durante a pesquisa, não sendo, portanto, um portal válido.

A questão orçamentária dentro dos portais é muito presente com seus principais instrumentos: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei de Orçamento Anual, todos presentes em mais de 40 sites. Há vários tipos de receita e despesa. As receitas mais comuns são as correntes e as capitais com 25 portais cada e a despesa mais comum é a por órgão e/ou credor com 32 portais no total. Ainda relacionado à transparência dentro dos sites, o Diário Oficial foi muito frequente com mais de 77% dos portais.

A legislação, item explorado nos portais na pesquisa, mais recorrente foi o Estatuto do Servidor somando 23 portais válidos seguido da Lei Orgânica com 19.

Nas informações interativas, além das notícias, a existência de redes sociais é quase absoluta, pois apenas quatro portais não possuem link para acesso de alguma rede social. Várias formas de contato que o cidadão pode estabelecer: as próprias redes sociais, telefone, endereço, e-mail, fale conosco, ouvidoria, newsletter e os links de rádio e TV. Nota-se que em geral os sites do executivo municipal e estadual possuem essa questão de estabelecimento de contato fortalecido.

Algumas variáveis facilitam o acesso do cidadão ao portal, por exemplo, o tamanho da fonte que pode aumentar ou diminuir se adequando a necessidade de quem precisa, o contraste do portal pode alterar, importante ferramenta para quem tem determinada deficiência visual. O espaço para busca/pesquisa ajuda o cidadão a economizar tempo de navegação no portal.

Há também nos sites a oferta de serviços ou informações de serviços principalmente aos cidadãos, as empresas e os turistas. O serviço que mais aparece é sobre impostos e taxas, serviço destinada tanto aos cidadãos quanto á empresas. A consulta ao contracheque destinado aos servidores é o segundo serviço que mais aparece em 27 portais.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ARTERTON, Christopher. **Teledemocracia. Tecnologia pode proteger a democracia?**. Beverly Hills, Book. English 1987;
- BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística Aplicada as Ciências Sociais**. Editora UFSC. Florianópolis. 2006;
- BATISTA, Carlos M. **ICTs and Good Governance: The Contribution of Information and Communication Technologies to Local Governance in Latin America**.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. RJ: Campus, 1992;
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Ed.EDU – UNB. 2008;
- BOURDIEU, Pierre. **A Representação Política: elementos para uma teoria do campo político**. 7ª ed. RJ, 2004;
- CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**, vol. 3, SP: Paz e Terra, 1999;
- CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet – reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003;
- CORTINA, Adela. **O fazer ético: guia para a educação moral**. São Paulo: Moderna, 2003;
- DAHL, Robert Alan. **Sobre a democracia**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2001;
- EASTON, David. **Uma Teoria de Análise Política**. RJ, 1970;
- FERRER, Flôrcia. SANTOS, Paula (Orgs.). **E-government – o governo eletrônico no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2004;
- FERRI, Cristiano. **El Parlamento Abierto em la Era de la Internet**. BSB, 2013;
- GOUVEIA, Luis Manoel Borges. **Sociedade da Informação: Notas de contribuição para uma definição operacional**. 2004. Disponível em: [http://homepage.ufp.pt/lmbg/reserva/lbg\\_socinformacao04.pdf](http://homepage.ufp.pt/lmbg/reserva/lbg_socinformacao04.pdf)
- HOROKOVSKI, Rodrigo Rossi. **Accountability e seus mecanismos: um balanço teórico**. Paraná: UFPR, 2008;
- LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: 34, 1999;

- LEVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**, 1990;
- LUCAS, John Randolpoh. **Democracia e participação**. 1985; 45;
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As possibilidades da política – idéias para a reforma democrática do Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 1998;
- NORRIS, Pippa. **Digital Divide: Civic Engagement, Information Poverty, and the Internet Worldwide**. Cambridge: University Press, 2001;
- O'DONNELL, Guillermo. **Democracia delegativa?** *Novos Estudos*, n. 31, out. 1991;
- O'DONNELL, Guillermo. **Accountability horizontal e novas poliarquias**. *Lua Nova* nº 44, São Paulo. 1998;
- PASCUAL, Patricia J. **E-Government**. e-ASEAN Task Force UNDP-APDIP. 2003;
- PINHO, José Antonio Gomes de. **Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia**. *Revista de Administração Pública – RAP*. Rio de Janeiro, 2008.
- PINHO, José Antonio Gomes. de. **Sociedade da informação, accountability e democracia delegativa: investigação em portais de governo no Brasil**. *Revista de Administração Pública*, v. 36, n. 5, set./out. 2002;
- PINHO, José Antonio G. de; IGLESIAS, Diego; SOUZA, Ana Carolina P. **Governo eletrônico, transparência, accountability e participação: o que portais de governos estaduais no Brasil mostram**. In: ENANPAD, 29. Anais... Brasília, set. 2005;
- SILVEIRA, Sérgio Amadeu. **Cidadania e Redes Digitais**. 2010;
- TELLES, Vera. **Sociedade civil, direitos e espaços públicos**. *Rev. Pólis*: São Paulo. 1994.